

Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura *

Maria Rosilene Barbosa Alvim

Licia do Prado Valladares

Introdução

A presença marcante de crianças e jovens no atual cenário das grandes cidades brasileiras se faz acompanhar da proliferação de textos sobre a questão do menor, levando à suposição de que se estaria diante de um fenômeno recente, seguido de perto pelo olhar arguto do cientista social.

Um exame cauteloso e detalhado da produção intelectual voltada para a análise da infância sugere, no entanto, tratar-se de tema presente desde o século XIX, tanto no Brasil como no exterior, em texto de médicos, juristas, políticos, cronistas, jornalistas e escritores em geral, preocupados com o exame e as possíveis intervenções sobre a chamada "questão social".

Um olhar para o passado revela que a questão da infância foi um fenômeno recorrente em contextos de rápida industrialização e desenvolvimento urbano acelerado. Na França e na Inglaterra do século XIX as crianças faziam parte da reflexão

sobre as condições de vida das camadas populares¹ no contexto do capitalismo emergente. Tanto se falava das crianças exploradas pelo trabalho industrial como de crianças abandonadas, vadias, mendigas, que integravam o universo cruel da grande cidade e que foram retratadas com grande realismo por escritores famosos da época.²

A preocupação da sociedade com a infância pobre também vem do século passado. São inúmeras as referências às múltiplas ações e propostas provenientes do Estado, do patronato, da Igreja, de filantropos, médicos e juristas, sobretudo no caso francês. O debate sobre a "conservação das crianças" (Donzelot, 1980) já se fazia presente desde os meados do século XVIII quando, junto aos asilos para menores abandonados, instituiu-se o "sistema da roda" que perdurou por quase um século.³ De igual modo, temas como o sistema de nutrizes (amas de leite), os conventos industriais (*working houses*) e a necessidade de familiarização das camadas

* Este trabalho integra o primeiro capítulo do relatório de pesquisa A Infância Pobre no Brasil: uma Análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas, de autoria de Licia do Prado Valladares (Coordenadora), Maria Rosilene Barbosa Alvim, Rosa Maria Ribeiro da Silva, Irene Rizzini, Lilibeth M. C. Roballo Ferreira, Elisa Lustosa Caillaux e Flávio Braune Wiik. IUPERJ/FORD, Março, 1988, 267 pp. As autoras desta resenha bibliográfica agradecem a colaboração de Anapaula Andrade Rocha (NEPI — UFRJ) que atuou como assistente de pesquisa.

populares integram o debate da época (Sandrin, 1982).

Malgrado diferenças de interpretação e de posição, todos se preocupam com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nas grandes cidades europeias. O diagnóstico coincide: a pauperização e a miséria se associam na geração do abandono; a criança nascida de relações ilegítimas, num quadro de péssimas condições de habitação, num ambiente onde a promiscuidade e o vício predominam, tem como destino “natural” o mundo dos despossuídos, dos desordeiros, onde a “desordem floresce na mesma proporção que as doenças” (Chesney, 1982: 99). Em oposição a este mundo da desorganização social e como a tábua possível de “salvação” da infância da classe trabalhadora, é apresentado o universo fabril, simbolizando o trabalho, a disciplina e a ordem. Os empresários se juntam a setores da Igreja e aos reformadores sociais na veiculação de uma concepção onde o trabalho é a via de condução à cidadania da classe trabalhadora.

Esta literatura sobre o século XIX expressa claramente a idéia de duas realidades possíveis. A primeira é pautada por duas instituições básicas — a família e a fábrica, principais responsáveis pela socialização das classes trabalhadoras. Paralelo ao primeiro, um “segundo” mundo teria sua ordenação pautada pelo crime, pela recusa à disciplina necessária ao trabalho industrial e onde a família enquanto célula básica se fazia ausente. Como parte deste mundo, a rua aparece como o principal agente de socialização dos supostos personagens da desordem.

Os temas do trabalho, da família e da rua são parte da discussão sobre a infância das classes populares na literatura internacional e serão considerados nas páginas a seguir, ao se tentar fazer um tipo de reflexão semelhante para o Brasil.

A Descoberta da Infância Pobre no Brasil

No Brasil a infância pobre vem sendo objeto de discussão desde o final do século XIX, integrando a preocupação maior com a emergência de uma nova ordem social que então se delineava com o advento da República. É no bojo de uma situação urbana

marcada pelo crescimento acelerado de duas metrópoles, pela Abolição da Escravatura e a conseqüente criação de uma força de trabalho livre urbana — também constituída por contingentes de imigrantes estrangeiros — que a infância pauperizada surge como parte da questão social.⁴

Era uma época em que o Rio de Janeiro e São Paulo já funcionavam como pólos de atração para o resto do país e conviviam com diversos problemas advindos de um processo de urbanização acelerado: insalubridade, alta taxa de mortalidade infantil, epidemias diversas e dizimadoras, pauperização de amplos segmentos da população que não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho. Em paralelo corriam a violência, a criminalidade, a mendicância e a vadiagem (Kowarick, 1987; Fausto, 1985; J. M. Carvalho, 1987).

Os diversos autores que vêm se dedicando a reconstruir o Rio de Janeiro da virada do século transmitem a imagem sintética de uma cidade que passou, durante a primeira década republicana, pela fase turbulenta de sua existência representando um verdadeiro “inferno social” (Carvalho, 1987: 15). Grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios, revezando-se nas únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio (Sevcenko, 1983: 59).

No bojo desse quadro social está presente a infância abandonada, cuja situação de miséria e risco é tema de indignação geral, preocupando desde cronistas e jornalistas até médicos, políticos e juristas. Assim é que já em 1899 registra-se a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, fruto de sua própria iniciativa. Seus objetivos eram múltiplos e amplos: exercer a proteção sobre as crianças pobres, doentes, moralmente abandonadas; regulamentar a lactação mercenária; difundir entre famílias proletárias noções elementares de higiene infantil, incluindo a necessidade de vacinação; regulamentar o trabalho da mulher e da criança na indústria; exercer tutela sobre meninos maltratados ou em perigo moral (Russo, 1985-66-67).

Tais preocupações expressam o despertar de uma consciência da especificidade da infância e da necessidade de separá-la do mundo dos adultos, pleno de vícios e propícios à formação de novas gerações de indivíduos vadios, indisciplinados, incapazes para o exercício do trabalho. Rago (1985), examinando a ação de Moncorvo Filho, sugere que seus projetos, além da higienização, tinham como objetivo a disciplinarização da cultura popular via a redefinição de alguns dos hábitos cotidianos das famílias pobres.

A reforma do serviço policial do Distrito Federal em 1902, propondo a criação de colônias correccionais para a reabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos, demonstra preocupação semelhante: os riscos de uma reprodução social via a mendicância e a criminalidade.

O reconhecimento da infância das classes populares como uma questão social já está delineado na primeira década do século. Em 1906 é apresentado na Câmara Federal o primeiro projeto de criação de um Juízo de Menores que, apesar de rejeitado na época, já expressava a necessidade de uma esfera do Judiciário para lidar com o universo crescente da então chamada "infância desvalida". Com efeito, no âmbito do problema mais geral do caos urbano do Rio de Janeiro, "o que mais chamava a atenção dos políticos, jornalistas e intelectuais era o crescimento vertiginoso da delinqüência infantil e juvenil" (Sevcenko, 1983: 62). As palavras do cronista João do Rio, em 1908, constituem verdadeira descrição etnográfica desse universo diferenciado:

"Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vario, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desabrigados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores. In-

terrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue" (João do Rio, 1952: 175).

Tal descrição, produzida em 1908 a partir de conversas com 96 garotos, estrangeiros, negros, mulatos (João do Rio, 1952: 179), revela um discurso que é antes de tudo de denúncia: as crianças são vistas em primeiro lugar como vítimas de adultos inescrupulosos, que as exploram das mais variadas formas (a indústria de esmola, por exemplo), induzindo-as ao mundo da mendicância e do crime. A própria família é muitas vezes responsável pela indução a práticas indesejáveis, supondo-se desta forma uma certa hereditariedade no comportamento desviante dos filhos. Por fim, a denúncia se volta de forma contundente contra a rua, espaço mor de socialização da criança "em perigo moral". A veemência das palavras do Senador Lopes Trovão, já em 1896, denota o significado perverso dos espaços públicos representados pelas ruas e praças:

"É nesse meio peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte da nossa infância vive às soltas, em liberdade incondicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes" (Lopes Trovão *apud* Moncorvo Filho, 1926: 128).

Um estudo realizado a partir de uma coluna do *Jornal do Brasil* intitulada "Queixas do Povo" (Silva, 1988) sugere que a cidade se indignava com os "meninos desocupados que proferiam palavrões e apedrejavam pessoas". Em 1910, várias das queixas registradas no referido jornal falavam de "maltas de menores desocupados que cometiam toda sorte de desatinos", tanto no Centro como na Zona Norte do Rio. Crianças e jovens eram caracterizados como "vagabundos" que se reuniam para promover desordens e desrespeitar a moralidade das famílias.

Pensada em oposição ao espaço familiar, privado, a rua é entendida como *locus* de não-subordinação à família e ao trabalho. Habitada por uma população marginal que

rompe com os valores da moral e dos costumes, a rua se opõe ao espaço disciplinado da família e da fábrica, lugares de socialização legítimos por excelência.

“Os maus exemplos que a criança aprende no convívio da multidão anônima são germes desmoralizadores que trabalhando hoje como motivo passageiro de perturbação atuarão amanhã como causa permanente de dissolução das famílias” (Lopes Trovão *apud* Moncorvo Filho, 1926: 132).

Na década de 20, a questão da infância pobre se torna objeto da alçada jurídica. Dando seqüência a um conjunto de leis voltadas para a regulamentação do trabalho do menor,⁵ os juristas vão se voltar para os meninos não absorvidos pelo ramo industrial que constituíam um desafio à sociedade urbana emergente quando “vadiando” pelas ruas. Assim, em 1921, a Lei 4.242 modifica o Código Civil, determinando que se considere “abandonado” o menor sem habitação certa ou meios de subsistência, órfão ou com responsável julgado incapaz de sua guarda. Tentando por esta via pressionar as famílias pobres a exercer controle sobre seus filhos, os juristas conseguem também pressionar o Estado a criar, em 1923, o Juízo de Menores do Distrito Federal, 17 anos após a proposta frustrada de Alcindo Guanabara. A criação do Juízo segue-se, em 1927, o primeiro Código de Menores (Decreto n. 17.943-A), cujo objetivo é “consolidar as leis de assistência e proteção a menores”. O espírito do Código se expressa logo no seu 1.º Capítulo, quando diz que o objetivo e fim da lei é “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade”.

A partir de então a palavra “menor” passa ao vocabulário corrente, tornando-se uma categoria classificatória da infância pobre. O Código distingue dois tipos de menores, os abandonados e os delinqüentes, como que reconhecendo duas variantes possíveis no universo da pobreza. Visto no seu todo, o Código expressa a necessidade de leis particulares para os filhos das camadas populares, a serem protegidos e “julgados” por um Direito e uma Justiça específicos. Como se a sociedade necessitasse e acatasse duas leis e duas justças,

separando a infância pobre da infância dos demais segmentos sociais.⁶

“Já estão presentes, nesta primeira lei que regulamenta a assistência ao menor, os temas em torno dos quais girará, mais tarde, todo o Direito do Menor: a distinção entre menor abandonado e delinqüente, a dupla definição de abandono (moral e físico), a necessidade de determinar salubridade (moral e física) do meio de onde provinha a criança, a restrição do pátrio poder” (Russo, 1985: 64).⁷

Dirigido durante quase dez anos por Cândido de Mello Mattos, o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, teria para além da ação jurídica uma prática social claramente definida, representando a primeira intervenção direta e sistemática do Estado na questão da infância pobre no país. Recém-criado, o Juízo de Menores toma a si a iniciativa de criar os primeiros estabelecimentos oficiais de proteção à infância: o chamado Abrigo de Menores, a Casa Maternal Mello Mattos, a Escola de Reforma João Luiz Alves, o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes e a Casa das Mãezinhas.

Atuando em duas frentes, a ação desse Juízo expressa uma dupla preocupação: de um lado, proteger a mão-de-obra infantil largamente utilizada na época pelas fábricas; de outro, combater o mal-estar social provocado pela mendicância e criminalidade, isolando em instituições especializadas os menores abandonados e delinqüentes.

Tal perspectiva intervencionista muito se aproximava da proposta do médico Moncorvo Filho, que em 1926 publicava o livro *Histórico da Proteção à Infância no Brasil — 1500-1922*, onde após criticar as ações das instituições religiosas e filantrópicas (do século XV ao XIX), sugere que os “poderes públicos atuem em convergência com o trabalho dos institutos já existentes” (Moncorvo Filho, 1926: 363).

De grande impacto na época, o livro denunciava sobretudo a precariedade da assistência até então oferecida à infância — criticada como não-científica por não empregar padrões da puericultura e da pediatria. Por outro lado, conclamava que para o caso da “infância moralmente abandona-

da e delinqüente (...) a resolução cabe ao governo pela orientação dos competentes na ciência do direito" (Moncorvo Filho, 1926: 308).

As palavras de Moncorvo Filho como que resumiam o pensamento dominante da época, expresso através da imprensa, dos políticos e da aliança que se estabelecera entre juristas e médicos no diagnóstico da questão. O intervencionismo proposto vai se manifestar, nos Anos 30, através da criação de estabelecimentos assistenciais oficiais e de práticas variadas. Assim é que o Juízo de Menores faz realizar nada menos que três Inquéritos Estatísticos, que se fazem seguir da repressão à vadiagem, à mendicância e à freqüência de menores nas zonas de baixo meretrício, além da fiscalização do trabalho de menores nas indústrias, no comércio e nas vias públicas (Gusmão, 1944: 16-17).

O livro *O Problema dos Menores*, de autoria do Juiz de Menores do Distrito Federal, Saul de Gusmão, faz referência a alguns dos dados provenientes dos Inquéritos, realizados junto a crianças que passavam pelo Juízo de Menores. As crianças são classificadas em "quatro classes, numa escala crescente de gravidade do desajustamento social: 'Desprotegidos', 'abandonados', 'pré-delinqüentes' (ou seja, aqueles em situação propícia à eclosão do crime) e 'delinqüentes' ". Segundo a mesma fonte, a grande maioria (67%) se encontraria na classe dos "desprotegidos", tendo procurado o Juízo por iniciativa própria, em busca de autorização para "assentar praça" (serviço militar), requerer carteira de identidade, atestado de conduta e licença para trabalhar (Gusmão, 1944: 52).

A criação da Casa do Pequeno Jornaleiro em 1938 vem de encontro a esse universo de "desprotegidos" onde já se reconhece a presença de meninos que trabalham na rua, exercendo atividades remuneradas. A idéia principal, qual seja, a de organizar o trabalho já tradicional de garotos que vendiam jornais (vide fotografias de Marc Ferrez), reflete a mesma idéia de intervenção: o trabalho na rua é permitido desde que institucionalizado, controlado. De iniciativa da primeira dama do país, D. Darcy Vargas, a Casa do Pequeno Jornaleiro traduz a preocupação com a dimensão que já ganhara a presença de crianças nas ruas das grandes cidades do Brasil:

a recém-criada instituição é de âmbito nacional.

Um ano antes, saíra o primeiro romance publicado no país inspirado justamente nas crianças vivendo nas ruas. *Capitães de Areia* de Jorge Amado, editado em 1937, constitui um verdadeiro "documento de época", pois mostra que em uma cidade como Salvador o problema era encarado como de calamidade pública, mobilizando a imprensa, o Juizado de Menores, a polícia. A intensa campanha promovida pelo *Jornal da Tarde* (e utilizada no romance) é elucidativa, a começar pelas suas manchetes: "Crianças Ladronas", "A Cidade Infestada por Crianças que Vivem do Furto", "Urge uma Providência do Juiz de Menores e do Chefe de Polícia".

"Esse bando que vive da rapina se compõe (...) de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os oito anos aos 16 anos. Crianças, que naturalmente, devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregam no verdor dos anos a uma vida criminoso. São chamados de 'Capitães da Areia' porque o cais é o seu quartel-general (...). O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do Juizado de Menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões" (Amado, 1961: 1).

Tentando reverter esta imagem clichê, Jorge Amado redime os Capitães da Areia através da descrição do seu modo de vida, da denúncia dos reformatórios, mostrando a rua como espaço de formação de uma consciência libertária. Seu personagem central, Pedro Bala, de chefe de bando dos meninos do cais se transforma, na idade adulta, em militante proletário organizador de greves (Amado, 1961: 300).

Publicado em pleno Estado Novo, a primeira edição do livro — não por acaso — foi apreendida e queimada em praça pública. Na realidade Jorge Amado fizera uma dupla constatação, Ressaltando, por um lado, um problema social de amplo

reconhecimento, chamara, por outro, a atenção para a rua como espaço de vadiagem e de socialização política, podendo levar à contestação do sistema vigente.

A criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) em 1940 representaria o ápice de um processo de intervenção, lentamente gestado a partir da década de 20 "em prol da solução do grande problema nacional" (Gusmão, 1944: 55). Sua subordinação ao Ministério da Justiça aponta para a preocupação com o combate e prevenção à criminalidade infanto-juvenil, como também para a prevenção contra formas "autônomas" de existência entre jovens das camadas populares. Por trás da idéia do SAM estão presentes representações amplamente aceitas e discutidas: a imagem da criança pobre enquanto abandonada física e moralmente; uma concepção da infância enquanto uma idade que exige cuidados e proteção específicos; as grandes cidades como *locus* da vadiagem, criminalidade e mendicância; os espaços públicos (ruas, praças etc.) como espaços de socialização da marginalidade. Por fim, a idéia de que cabe a instituições especializadas a "recuperação" e a formação de uma infância "moralizada". Recuperando a "infância desvalida", o Estado contribuiria para a formação de indivíduos úteis à sociedade, futuros bons trabalhadores.

Não enfatizado no discurso oficial, mas nem por isto ausente, estaria ainda o temor da rua como espaço possível de contestação e revolta. Tal possibilidade fora confirmada pelas revoltas populares do Rio na Primeira República e sugerida de forma romanceada por Jorge Amado. Com efeito, o medo do descontentamento das massas está presente no proclamar a "função social ampla de assistência do Estado à infância e à juventude [que] tem que encarar todos os problemas que, de perto, influem na formação das gerações futuras para prever os desajustamentos das massas populares cujos maiores coeficientes se encontram nas camadas proletárias" (Gusmão, 1944: 112).

De 1940 em diante, em seqüência ao próprio SAM, são criadas inúmeras instituições voltadas para atender de diferentes formas as crianças e jovens das camadas populares. Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), inicialmente voltada para os filhos dos integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutaram na Itália, mas logo se tornando um

centro de assistência a mães e crianças na primeira infância. Também em 1942, por iniciativa e com financiamento do empresariado industrial, surge o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cujo objetivo é formar jovens com qualificação para diferentes ramos industriais. Seguem-se, inspiradas no modelo Senai, instituições semelhantes como o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Sesc (Serviço Social do Comércio), ambos criados em 1946, além do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) surgido em 1946.

Este conjunto de instituições, oriundas da iniciativa privada, vai ajudar a compor uma política social que começara a se solidificar durante o regime de Vargas.⁸ Expressa também uma preocupação particular com a população maior de 18 anos. Dentro de uma estratégia tida como de controle social (Allen, 1985), a população alvo seria atingida sob múltiplos ângulos: formação para o trabalho (Senai e Senac); assistência à saúde (LBA); assistência e recuperação dos "abandonados e delinquentes" (SAM). A lei orgânica do ensino primário (1946), que representou a regulamentação deste último pela União, seria outro elemento básico para compor tal estratégia de política social, uma vez que estaria na origem da extensão do ensino primário público às camadas populares.

A Eclosão da Questão do Menor

O aparato institucional gradualmente montado nos Anos 40, do qual o SAM era o "carro chefe", é sem dúvida um indicador de que a questão do menor saíra dos textos jurídicos para se tornar uma preocupação nacional. No pós-guerra, o Estado e a iniciativa privada vão traçar uma estratégia de combate à criminalidade infanto-juvenil, seja através de instituições para proteção e recuperação das crianças pobres (orfanatos, institutos e casas de reforma), seja através de instituições de formação para o trabalho (Senai, Senac etc.).

Um olhar sobre as estatísticas provenientes da série histórica dos censos demográficos sugere que o próprio perfil demográfico do país também estaria na base dessa crescente preocupação e atuação sobre a infância, sobretudo dado o fato de que grande parte desta população sempre fez parte dos segmentos mais pobres do país.

TABELA 1

Brasil — População Residente de Zero a 19 Anos de Idade

Censo	População	% População Total	Diferença em números absolutos	
1872	4.561.686	45,9%		
1890	7.300.053	50,9%	1872-90	2.738.367
1900	9.475.849	50,3%	1890-1900	2.175.796
1920	17.296.240	56,5%	1900-20	7.820.391
1940	21.970.469	53,3%	1920-40	4.674.219
1950	27.175.049	52,4%	1940-50	5.240.580
1960	37.024.746	52,8%	1950-60	9.849.697
1970	49.383.716	53,0%	1960-70	12.358.970
1980	59.036.734	49,6%	1970-80	9.653.918

Fonte: Censos Demográficos — IBGE.

Mantendo por um período de quase cem anos um percentual muito elevado da população jovem (acima de 50%), o país viu sua população de zero a 19 anos crescer consideravelmente em todos os períodos intercensitários. Chama especialmente a atenção o crescimento verificado entre 1950-60 (9 milhões a mais, o que representa um aumento relativo de 36,2%) se confrontado com o da década anterior, 1940-50 (5 milhões, o que representa um aumento relativo de 23,9%). Tais aumentos constituem em si um desafio que desde os Anos 40-50 tanto o Estado como a iniciativa privada procuravam enfrentar.

O fato do UNICEF ter iniciado sua atuação no Brasil em 1948, apenas dois anos após a sua criação, na qualidade de instituição internacional,⁸ indica o reconhecimento da questão da infância como uma questão premente, que se agravaria nas décadas seguintes. Com efeito, paralelamente ao processo de modernização e industrialização que o país conheceu a partir dos Anos 50, assistiu-se a uma urbanização acelerada, concentrada, que apesar de apresentar um relativo dinamismo do emprego industrial, geraria acentuados níveis de desigualdade e pobreza.¹⁰ Os índices assustadores a que se chegou na década de 60-70 — na área urbana, em 1970, 53% das famílias tinham renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (Abranches, 1985: 32) — indicam o quadro de condições de vida em que se insere um grande número de crianças e jovens no país. Alimentadas por um processo de desenvolvimento desigual, importantes diferenças regionais, sobretudo entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, também condicionariam a trajetória de grande parte da população jovem: com uma taxa mais ele-

vada de fecundidade, que se faz acompanhar de uma alta taxa de mortalidade infantil e de uma expectativa de vida relativamente curta, as crianças e jovens do Nordeste se encontravam em uma situação de desvantagem social” em relação às suas congêneres do Sul e Sudeste (Ribeiro da Silva, 1987).

É dentro desse contexto que em meados dos Anos 60 o Estado intervém na questão do menor, em novos moldes. Dentro de uma perspectiva modernizadora, expressa também em outros setores da política social (habitação e previdência social), é criada a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Idealizada para substituir o SAM — denunciado pela imprensa como uma verdadeira “escola de crime”¹¹ e objeto de inquéritos durante o Governo Jânio Quadros —, a Funabem teria como objetivo imediato “sanear” a atuação até então desenvolvida pelo governo.¹² Era como que o reconhecimento oficial da falência da ação das agências governamentais: destinado a tirar as crianças da rua, o SAM as havia internado para ressocializá-las na marginalidade, “formando” vários dos bandidos da época.¹³

A contraproposta da Funabem se basearia numa nova concepção de reeducação do menor, não pautada exclusivamente na internação, mas no apoio à família e à comunidade (Passetti, 1982). Por outro lado, partia-se de uma nova concepção organizacional: uma fundação nacional e várias fundações estaduais. A Funabem seria o órgão central encarregado muito mais de ditar uma política nacional do que de executá-la diretamente. Adotando-se o modelo de fundação, a execução da política seria mais flexível desde que a carga das fundações estaduais.

Menciona-se ainda (Passetti, 1982; Melo, 1986) a relação entre o surgimento da Funabem e o Estado autoritário, numa leitura da questão do menor como de “segurança nacional”. Nesse sentido caberia à Funabem “exercer vigilância sobre os menores, principalmente a partir de sua condição de carenciados, isto é, próximos a uma situação de marginalização social”. Tal concepção parece ter o estado presente nas reuniões da Escola Superior de Guerra, onde se teria cogitado da criação da Funabem (Costa, 1987: 75).

Apesar da relação que se pode estabelecer entre a criação da Funabem e a Revolução de 1964, é importante lembrar que a idéia de um novo órgão para substituir o SAM já vinha sendo cogitada desde o final dos Anos 50, o que permite supor que, independentemente do regime autoritário, ocorreria de fato uma mudança na política do Estado frente ao menor. Cabe entretanto assinalar que é característica dos Anos 60 a ampliação da presença do Estado na política social em todos os seus níveis. Nesse sentido vale a associação entre a criação da Funabem e o novo regime que perduraria no país por mais de 20 anos.

Paralelamente à preocupação do Estado em intervir de forma global, assiste-se nos Anos 70 a uma série de outras iniciativas advindas de setores da sociedade também preocupados com a situação a que chegaram a infância e a pobreza no Brasil. Destaca-se sobretudo a preocupação dos juristas que, associando o aumento da criminalidade infanto-juvenil à pobreza, passam a organizar com regularidade, através do Tribunal de Justiça de São Paulo, Semanas de Estudos do Problema do Menor. Por ocasião da X Semana, em 1971, foi sugerida a realização de uma pesquisa sociológica sobre o menor abandonado e infrator em São Paulo, posteriormente desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap e publicada com o título de *A Criança, o Adolescente, a Cidade*. O interesse em conhecer a situação social do menor marginalizado na maior metrópole do país tinha antes de tudo um sentido prático, desde que os resultados da pesquisa deveriam servir para orientar a ação dos juristas em seu trabalho nos Juizados de Menores. Com intenção semelhante encomenda-se no mesmo período, no Rio, então Estado da Guanabara, a primeira pesquisa sobre delinqüência juvenil, publicada em 1975 sob o título *Delinqüência Juvenil na Guanabara*. Realizadas em am-

bos os casos por sociólogos, tais pesquisas constituem os primeiros estudos sistemáticos que se conhece sobre a problemática da infância, marcando de certa forma a entrada das ciências sociais no tratamento do tema.

Também é dos Anos 70 a Pastoral do Menor, que marca uma preocupação especial da Igreja com a população jovem e pobre do país. Precedida por iniciativas de religiosos que em diversas cidades criaram instituições e programas alternativos àqueles das fundações estaduais (como é o caso, por exemplo, da República do Pequeno Vendedor, de Belém, e do CESAM, de Belo Horizonte), a Pastoral do Menor só se institui enquanto tal em 1978, em São Paulo. A questão do menor é colocada como prioritária para a Arquidiocese, que se engaja em programas oficiais existentes.¹⁴ Dentro de uma preocupação prática, a Comissão de Centro de Estudos de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo encomenda em 1978 ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — Cedec uma pesquisa sobre as crianças e jovens que vivem nas ruas da capital paulista, cujos resultados aparecem no livro *Meninos de Rua*.

Com efeito, em meados dos Anos 70 a questão do menor já ganhara as ruas. Assístia-se “à invasão dos grandes centros urbanos brasileiros por um contingente, cada vez mais numeroso, de crianças e jovens que transformavam os espaços públicos em locais de produção de renda”, apropriando-se das ruas e das praças como espaço de trabalho e também de moradia (Ribeiro, 1987: 29).

A imprensa tornou-se mais contundente na denúncia do problema, associando insistentemente a criminalidade infanto-juvenil à vida nas ruas das grandes metrópoles. Denominadas agora “pivetes” e “trombadinhas”, as crianças têm sua presença na rua cada vez mais condenada, verificando-se uma pressão sobre os juizes para o seu recolhimento nas instituições especializadas.¹⁵

Multiplicam-se as estimativas de “menores abandonados” e “delinqüentes”, sem que nenhuma, entretanto, permita aferir com exatidão a dimensão do problema. A título de exemplo, para o Rio, calculou-se que só em 1975 passaram 10 mil menores pelas Delegacias de Menores (Cavallieri, 1978: 58). Em São Paulo, em 1986, a Secretaria de Justiça registrou em todo o Estado 28.519 processos de menores aban-

donados e infratores e, no mesmo período, 15.942 casos na Capital (Fischer, 1979: 54).

Sub ou superestimados, os números não deixavam de traduzir a existência de uma realidade que tendia a se agravar, colocando em situação "de risco" a infância pauperizada. É em tal contexto que em 1976 a Câmara dos Deputados instaura uma Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI do Menor —, traduzindo assim a importância atribuída à questão ao nível do Legislativo e dos poderes constituídos, preocupados com os altos índices de infração penal praticada por menores pobres. Resultando no documento *A Realidade Brasileira do Menor*, a CPI pode ser entendida como um marco, em duplo sentido. É o reconhecimento que a chamada "questão do menor" tornara-se prioritária e que o Código de Menores de 1927 já estaria defasado¹⁶ por não instituir mecanismos "eficazes" no tratamento do chamado "menor infrator". Por outro lado, o documento resultante da CPI tornou-se "o diagnóstico" da situação do menor pobre no país e os dados que produziu se revestiram de tal legitimidade que se tornaram citação obrigatória em todos os documentos oficiais e referência importante em todas as pesquisas sobre o tema. A CPI do Menor revelava a existência, em 1976, de 13.542.508 menores em situação de carência (aqueles cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas) e 1.909.570 abandonados (não têm pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas). Informava também que, em 1975, 11.812 delitos haviam sido praticados por menores, com maior incidência no Sudeste (44,17%) e no Nordeste (37,98%). E ainda, segundo estimativas baseadas em indicadores sócio-econômicos, seria de 25 milhões o número de menores carentes e abandonados.¹⁷

No final da década, com a celebração do Ano Internacional da Criança e a ampliação da atuação do UNICEF no Brasil (que gradativamente passara de uma função puramente assistencial para o apoio direto às comunidades carentes através de suas próprias organizações), assiste-se a uma mobilização geral que ultrapassa os órgãos voltados para o atendimento do menor. São Paulo lidera na criação do Movimento em Defesa do Menor em 1979, cuja atuação se destaca, numa primeira etapa, em denúncias de maus-tratos e violências cometidas *contra as crianças de São Paulo, principalmente pela polícia e pela Febem* — Fun-

ção Estadual do Bem-Estar do Menor (Junqueira, 1986).

Coincidindo com a criação do Movimento em Defesa do Menor, o novo Código de Menores é aprovado em 1979, meia década após a primeira consolidação de leis relativas à infância pobre. Contrariamente ao Código de Mello Mattos de 1927, que dera especial ênfase ao trabalho do menor, regulando as condições do seu exercício,¹⁸ o Código de 1979 vai se preocupar com os menores "em situação irregular". Insistindo na penalização, exemplificada pelo dispositivo da prisão cautelar¹⁸ (para menores infratores), o Código atual se volta muito mais para o menor infrator do que para o menor trabalhador, cujos direitos e deveres, desde 1943, passaram a ser regidos pela CLT.

A breve análise aqui realizada permite sugerir que nos 50 anos em que a questão do menor foi gradativamente se constituindo, a sociedade brasileira, fazendo uso de instituições, práticas sociais e instrumentos jurídicos diversos, buscou antes de tudo resguardar-se de uma realidade que fugia cada vez mais ao seu controle. Se foram várias as respostas oferecidas ao problema, todas elas basearam-se numa mesma concepção da infância pobre como necessariamente perigosa e conseqüentemente ameaçadora. A integração à ordem estabelecida sempre se colocou como necessária, mas os menores, por permanecerem à margem (da lei e dos benefícios da sociedade), sempre foram excluídos de um projeto nacional. O novo Código de Menores é promulgado num momento em que a questão do menor ameaçava fugir totalmente ao controle da sociedade, seja pelo aumento assustador do número de crianças e jovens carentes ("pequenos bandidos" em potencial), seja pelo aumento considerável da própria delinquência juvenil no país. Procurando "acompanhar" esta realidade, o aparato jurídico reforçou seus dispositivos, exacerbando com o novo Código a punição sobre o *infrator pobre*.

A Infância Pobre Vista pelas Ciências Sociais

Na década de 70, quando a questão do menor já fora identificada como um grave problema social, cientistas sociais são convocados a pesquisar o tema, visando fornecer subsídios para a ação daqueles que lidavam diretamente com a infância e a adolescência pobre (mais especificamente

os menores abandonados e infratores). Encomendados respectivamente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Juizado de Menores da Guanabara, os Trabalhos do Cebrap (1973) e de Misse *et alii* (1973) podem ser considerados como pioneiros, por usarem pela primeira vez instrumentos de pesquisa sociológica para revelar a situação em que se encontravam os menores abandonados e infratores das duas grandes cidades. O estudo realizado em São Paulo cobriu os menores internados em 1971 em todas as instituições públicas e privadas do Município de São Paulo, combinando o uso do questionário com a entrevista, a história de vida, o estudo de caso e a observação direta. No caso do Rio, a pesquisa centrou-se na delinqüência juvenil e baseou-se fundamentalmente em fontes secundárias como os "autos de investigação" do Juizado de Menores (período 1970/71), buscando infratores dentro de cada área de infração.

Tais estudos marcaram a entrada das ciências humanas numa problemática que a partir de 1970 passa a ser tratada com grande ênfase principalmente por assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, pedagogos e sociólogos.

Para realizar uma análise dessa produção diversificada, optou-se pela estratégia a seguir. Em primeiro lugar, um levantamento bibliográfico que desse conta da produção dos últimos 20 anos, oriunda sobretudo das áreas de Sociologia, Psicologia, Antropologia e Serviço Social. Também considerou-se no levantamento, embora com menor ênfase, os trabalhos oriundos da Pedagogia voltados para a questão da educação pré-escolar e primária. De igual maneira, levantou-se a produção jurídica sobre o tema do menor, considerando-se, no caso, textos que vêm desde a década de 40, momento em que os juristas já haviam marcado sua presença na reflexão sobre o tema. O recorte incluiu tam-

bém um ou outro tipo de literatura constituída por relatos autobiográficos e romances, e ainda a produção jornalística publicada em livros. No que se refere à produção das agências oficiais — notadamente a Funabem —, considerou-se exclusivamente os textos resultantes de pesquisas efetuadas ou encomendadas por esta instituição. Ficaram conseqüentemente excluídos documentos oficiais tais como discursos publicados, propostas de atuação, montagem de projetos etc.

Para a realização de tal levantamento consultou-se um conjunto de bibliotecas existentes no Rio de Janeiro: a do IUPERJ, do NEPI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — IFCS/UFRJ), da Cesme (Coordenação de Estudos sobre o Menor — Universidade Santa Úrsula), das Faculdades de Psicologia, Comunicação, Educação e Serviço Social da UFRJ, e ainda as bibliotecas da PUC/RJ, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento — IBRADES e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE, além da própria Biblioteca Nacional e a biblioteca do Fórum do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a localização das bibliotecas consultadas, o levantamento cobriu mais extensivamente a produção do Rio de Janeiro e de São Paulo, deixando certamente de fora alguns trabalhos que integram a vasta produção nacional. Tentou-se superar tais ausências através da consulta às bibliografias contidas nos próprios textos levantados. Acredita-se assim que a bibliografia apresentada neste trabalho, apesar de não exaustiva, cubra o que há de mais relevante na literatura sobre a infância pobre no Brasil, publicada a partir dos Anos 60.

Perfazendo um total de 212 títulos, o conjunto da produção pode ser classificado numa primeira instância segundo o tipo de publicação.¹⁹

QUADRO 1

Distribuição da Literatura por Tipo de Publicação

Artigos em revistas especializadas	59
Livros (circuito comercial)	46
Publicações oficiais (Funabem, IBGE, UNICEF)	36
Relatórios de pesquisa	29
Teses	25
Comunicações em congressos	17
Total	212

Considerando que a literatura levantada refere-se a uma produção que não tem mais que 25 anos, chama a atenção o número de trabalhos publicados sob a forma de livros (46 ou 22%). Trata-se de teses e relatórios de pesquisa ou textos de origem jornalística e literária marcados fortemente por um tom de denúncia, que vieram se juntar à produção de origem mais acadêmica. O grande número de livros editados denota tanto o interesse das editoras em relação a este tema emergente quanto o espaço criado no âmbito das várias áreas do conhecimento (Psicologia, Sociologia, Antropologia) para a análise

dos fenômenos relativos à criança pobre brasileira.

Não é nada desprezível o número de artigos em revistas especializadas e teses não publicadas (25) — o que mais uma vez expressa a legitimidade do tema para a academia. O alto número de publicações oriundas da Funabem, IBGE e UNICEF (36) revela a preocupação oficial em conhecer, para melhor formular políticas sociais para o menor.

O conjunto da literatura aqui analisada também pode ser considerado em relação às diversas áreas do país onde o menor e a criança têm sido estudados.

QUADRO 2

Distribuição da Literatura por Região de Referência

São Paulo	42
Rio de Janeiro	30
Nordeste	11
Rio Grande do Sul	10
Minas e Brasília	5
Região Norte	2
Brasil (país)	112
Total	212

Muito embora o tema da criança venha sendo objeto de estudo do norte ao sul do país, a maior parte da produção se refere ao eixo São Paulo-Rio (72 títulos). Nestes grandes centros a questão do menor assumiu maior visibilidade, tanto política quanto socialmente. Ali se concentra a maioria das instituições de ensino e pesquisa do país. É no Rio que se localiza a Funabem, de onde partem as linhas de atuação para uma política nacional de bem-estar do menor. É no Rio e em São Paulo que a imprensa vem exercendo continuamente um papel de denúncia face a um "problema" que vem se configurando desde o início do século. É finalmente nas duas maiores metrópoles que a sociedade (via Igreja, profissionais do Direito etc.) vem se mobilizando com mais vigor para enfrentar tal situação.

Com o agravamento do fenômeno fora do eixo Rio-São Paulo, começaram também a surgir estudos sobre a problemática da infância pobre em outras regiões metropolitanas do país. Tal produção é ainda esparsa mas já importante. Aparecem trabalhos sobre Manaus (Araújo, 1965) e Belém (Gonçalves, 1979). Há onze trabalhos

sobre várias capitais do Nordeste, dentre os quais alguns se destacam. Sobre Salvador: Machado Neto, 1979, 1980; sobre o Grande Recife: Ribeiro, 1982; Alvim, 1985; Vainsencher, 1987; sobre Fortaleza: Ferreira, 1980; Iplance, 1980; Ceará, 1982. Aparecem ainda textos sobre a criança em Brasília (Rodrigues, 1979) e Minas (UCMG, 1984; Renault, 1974).

Contrastando com os estudos sobre a infância em áreas geograficamente delimitadas (100 trabalhos de um total de 212), aparece um outro conjunto de trabalhos (112 de um total de 212) que têm como referência a questão da criança no Brasil num sentido mais global. Tais títulos referem-se menos a pesquisas e mais a análises gerais feitas freqüentemente a partir de estatísticas e indicadores (IBGE, 1981, 1982, 1985; Calsing *et alii*, 1986).

Nos últimos 25 anos, quais têm sido os temas explorados pela literatura que vem se dedicando ao estudo do menor e da infância pobre no Brasil? O Quadro 3 reúne a bibliografia levantada segundo temas e períodos.

QUADRO 3

Distribuição da Literatura por Temas e Períodos

Temas	Períodos	Década de 70		Década de 80 (até 87)	TOTAL
		Década de 60	1970/74 1975/79		
Delinqüência, Violência e Criminalidade		3	4 5	24	36
Trabalho do Menor		5	5 8	23	41
Legislação sobre o Menor		—	— 3	5	8
O Menor Institucionalizado		1	2 8	17	28
Educação		—	— 7	14	21
Criança e Família		—	— 2	15	15
Características Sócio-Econômicas da Criança Pobre		1	2 —	17	20
História da Infância Pobre		—	— 3	9	12
Meninos de Rua		—	— 2	7	9
Política Social para o Menor		1	4 7	10	22
Total		11	17 45	139	212

Conforme o Quadro 3, cada trabalho foi classificado segundo o seu tema principal e os dez temas que aparecem se referem a recortes privilegiados pelos autores em suas análises. Cabe assinalar que muitos textos poderiam ter sido classificados em mais de um tema, a medida que efetivamente tratam de mais de um aspecto da questão. No entanto, numa primeira aproximação optou-se pela classificação única, com o objetivo de melhor qualificar o conjunto da produção.²⁰

Relacionando temas e períodos observa-se que, no momento de surgimento da produção, ou seja, na década de 60, os temas que se destacam são: a) o trabalho do menor; b) a delinqüência, a violência e a criminalidade. Interessando-se pelo tema, as ciências humanas nada mais fazem do que se juntar ao pensamento e às preocupações daqueles que "tradicionalmente" lidavam com a infância pobre, elegendo como objeto de estudo a criança pobre enquanto delinqüente e trabalhadora.

A década de 70 inaugura definitivamente a área de estudos sobre o menor, fruto do aparecimento de inúmeros estudos e pesquisas. Multiplicam-se os temas de interesse, que passam agora a incluir, além da delinqüência e do trabalho, os seguintes

assuntos: o menor institucionalizado, ou seja, aquele vivendo dentro das múltiplas instituições de educação, proteção e recuperação de menores; a política social para o menor implementada pelas agências governamentais e paragovernamentais; a educação primária no que concerne aos problemas enfrentados pela criança pobre (evasão e repetências).²¹

Vale assinalar que é na segunda metade dos Anos 70 que se configura mais fortemente a composição deste campo temático, que vê na década de 80 novos temas se afirmarem. Passa-se a dar ênfase a estudos e levantamentos sobre as características sócio-econômicas do universo infantil do país; de igual maneira elege-se agora como objeto de estudo as relações entre a criança pobre e sua família; estudiosos se debruçam sobre a história da infância pobre no Brasil, bem como sobre a legislação que lhe é pertinente. Finalmente é lançado com projeção, pelos meios de comunicação de massa, o tema do menino de rua que vai imprimir marca à produção mais atual.

Vista em seu conjunto, constata-se que tal evolução temática se articula de forma muito direta com a própria realidade da infância pobre do país, tal qual ela foi

se configurando ao longo das últimas décadas. É deste modo que pode ser entendida a passagem do estudo da criança pobre enquanto delinqüente para a análise do menor na instituição e mais recentemente sua abordagem enquanto menino de rua.

Tal configuração temática também decorre de interesses disciplinares específicos dos produtores de conhecimento do campo, como indica o Quadro 4, que expressa a relação entre os vários temas pesquisados e a origem da produção.

Um primeiro olhar sobre o Quadro 4 mostra que um conjunto grande e diversificado de especialistas tem se voltado para a análise da criança, sempre buscando perceber aspectos de seu interesse específico. Assim, psicólogos e assistentes sociais elegeram como temas prioritários aqueles que têm a ver com questões de sua prática profissional: a delinqüência e a reintegração psicossocial de infratores (Holla Hender, 1978), o enquadramento institucional de menores (Guirardo, 1980, 1986; Campos, 1984; Rizzini, 1985), os processos disciplinares nos internatos (Violante, 1982; Altoé, 1985). Constatou-se que mais da metade desta produção, tanto da área da Psicologia quanto da área do Serviço Social, enquadra-se precisamente nos temas da Delinqüência e do Menor Institucionalizado.

De igual modo é grande a aproximação entre prática profissional e tema de pesquisa encontrada entre os educadores e pedagogos. Estes vão concentrar sua atenção na análise de fenômenos como a marginalização das crianças pobres e seus efeitos sobre a aprendizagem (Duarte, 1978) ou o estudo da reflexão entre escola e comunidade (Girardi, 1978), ou ainda questões relativas à formação de professores para o ensino nas escolas públicas (Brandão, 1982). No mesmo quadro, mais da metade dos trabalhos oriundos das áreas de Educação e Psicologia aparece classificada no tema Educação.

Uma convergência também é encontrada ao nível da produção oficial, que define como temas prioritários a caracterização sócio-econômica da criança carente (Cal-sing *et alii*, 1986; BGE, 1981, 1982, 1985) e a política social para o menor, apresentada através de diagnósticos (Funabem, 1973, 1987). Cabe ressaltar que grande parte desta produção que se denominou de "oficial" foi realizada por técnicos de formação variada (economistas, demógrafos,

sociólogos). Sua inserção no Quadro 4 como produção oficial se deve à sua origem (são pesquisas encomendadas por órgãos públicos ou internacionais voltadas para a ação).

Um terço da produção aqui analisada é oriunda das áreas de Sociologia e Antropologia, como indica o mesmo quadro. Tal produção se caracteriza por uma diversidade temática que a distingue das demais disciplinas. Antropólogos e sociólogos tanto estudam a delinqüência (Misse *et alii*, 1973; Arruda, 1983; Queiroz, 1984), o menor institucionalizado (Cebrap, 1973; Araújo, 1979; Sader *et alii*, 1987) e a política de atendimento do menor (Pasetti, 1982), como outros temas que aparecem no quadro. O tema do trabalho, por exemplo, é objeto privilegiado de cientistas sociais, que ressaltam a participação do trabalho do menor no conjunto da força de trabalho (Silva *et alii*, 1982; Alvim, 1984; Spindel, 1985, 1987) ou estudam o trabalho infantil enquanto estratégia de sobrevivência (Machado Neto, 1979, 1980; Medeiros, 1985). A discussão da criança em sua relação com a família é outra temática importante lançada pelos trabalhos de Antropologia e Sociologia que ressaltam, seja o processo de socialização de crianças na família e na comunidade (Fonseca, 1982, 1985, 1986; Zaluar, 1983, 1985; Valladares, 1986), seja a articulação entre o trabalho infantil e a família da classe trabalhadora (Alvim, 1985). De igual modo a legislação sobre o menor e a história da infância pobre no Brasil (temas tradicionalmente tratados por advogados na literatura jurídica) começam a ser repensados à luz da Sociologia e da Antropologia (Correa, 1982; Araújo, 1984; Gonçalves, 1987; Alvarez, 1987; Simões, 1987).

O menino de rua é outro tema lançado pelas ciências sociais com grande ênfase, tendo penetrado como objeto de pesquisa entre as demais disciplinas. O livro de Fisher Ferreira (1979) aparecia em São Paulo no mesmo ano que o de Gonçalves (1979) no Pará e ambos consagraram a expressão pela qual a sociedade passou a se referir à criança pobre.

Para finalizar a análise do Quadro 4, cabe uma referência à produção que se denominou jornalística/literária. Originando-se fora da academia, mas ocupando uma posição importante na discussão do lugar da criança pobre na sociedade atual, tal produção vem revestida de um forte tom de denúncia. São livros e depoimentos

QUADRO 4

Distribuição da Literatura por Temas e Origem da Produção

Temas	Origem	Psicologia	Serviço Social	Sociologia e Antropologia	Educação e Pedagogia	Economia	Medicina	História	Produção Oficial	Produção Jornalística Literária	(Igreja)	Não-Identificada	TOTAL
Delinqüência, Violência e Criminalidade		5	3	7	1	—	2	—	3	5	3	7	36
Trabalho do Menor		—	—	24	—	3	—	—	10	—	—	4	41
Legislação sobre o Menor		—	—	5	—	—	—	—	—	—	1	2	8
O Menor Institucionalizado		12	2	8	3	—	—	—	2	1	—	—	28
Educação		—	—	5	13	—	—	—	1	—	—	2	21
Criança e Família		2	—	9	—	1	—	—	—	2	—	1	15
Características Sócio-Econômicas da Criança Pobre		—	—	2	2	—	—	—	15	—	—	1	20
História da Infância Pobre		2	—	5	1	—	1	2	—	—	—	1	12
Meninos de Rua		1	1	3	3	—	—	—	—	1	—	—	9
Política Social para o Menor		—	2	3	—	—	—	—	17	—	—	—	22
Total		22	8	71	25	4	3	2	48	9	4	18	212

escritos por jornalistas (como *A Tragédia de Edmilson, um Menor Abandonado*) ou pelos próprios menores (Herzer, 1982; Collen, 1987), ou ainda romances (Louzeiro, 1977; Maciel, 1983) que já chegaram mesmo a se transformar em filmes,²² dado o seu impacto junto ao grande público. Oferecendo uma visão do mundo do adolescente a partir do menor adolescente, tal literatura privilegia temas presentes nas análises dos especialistas anteriormente referidos — como a delinqüência e a violência —, só que enfatizando com mais vigor a violência da sociedade sobre o menor.²³

a) *As Diferentes Categorias Utilizadas pela Literatura ou a Transformação das "Crianças" em "Menores"*

Do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. Da "santa infância", "expostos", "órfãos", "infância desvalida", "infância abandonada", "petizes", "peraltas", "menores viciosos", "infância em perigo moral", "pobrezinhos sacrificados", "vadios", "capoeiras", passou-se a uma categoria dominante — *menor*. Muito embora nas constituições do século XIX já se falasse em *menoridade* civil e criminal, o termo "menor" só aparece como categoria classificatória da infância pobre com o primeiro Código de Menores de 1927. Desde então os qualificativos só têm se multiplicado: "menor abandonado", "menor delinqüente", "menor de conduta anti-social", "menor assistido", "menor desassistido", "menor em perigo moral", "menor carente", "menor em situação de risco", "menor institucionalizado".

Tal mudança terminológica, de procedência jurídica, acabou por ser absorvida pela academia que, muito tendo escrito sobre a infância das classes populares, pouco refletiu sobre o próprio conceito de "menor". Apenas três trabalhos (Correa, 1982; Araújo, 1984; Jasmin, 1985) pensam especificamente seu próprio conteúdo jurídico e ideológico e o fazem a partir de uma análise histórica da legislação brasileira. Existe ainda um outro trabalho, do jurista Cavallieri (1978), que analisa o uso social da categoria "menor" e suas implicações.

Araújo (1984: 42) lembra que a palavra "menor" não se confunde com outras designações aplicáveis aos não-adultos como

as palavras "jovem", "menino", "criança". O termo "menor" é jurídico e invocaria sobretudo a "anormalidade", a "irregularidade", como estados em que certas pessoas até 18 anos pudessem se encontrar. Cavallieri (1978: 15) lembra, muito apropriadamente, que no interior das famílias existem crianças, garotos, brotinhos. Diz-se "o meu filho", "o meu garoto" — jamais "o meu menor". "Dir-se-ia que menor é o filho dos outros" (Cavallieri, 1986: 3). Ambos os autores chamam portanto a atenção para a natureza distinta das denominações utilizadas: os termos "menino", "garoto", "criança", fazem parte de um universo afetivo, familiar, privado; o termo "menor" aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. Refere-se a uma pessoa cuja idade a coloca em posição distinta das demais, perante as leis (Cavallieri, 1986: 2).

Um outro autor (Correa, 1982) observou com argúcia que o próprio termo sofreu uma transformação ao longo do tempo. Utilizado inicialmente como adjetivo para qualificar uma faixa etária da população (o trabalhador menor), transformou-se num substantivo ao qual são atribuídos qualificativos diversos (menor abandonado, menor infrator, menor carente etc.). Tal inversão possibilitou que o termo "menor" se tornasse uma categoria, fornecendo base a todo um sistema classificatório, de múltiplas variantes. Enquanto categoria socialmente construída, a palavra "menor" detém hoje um significado uno no qual estão embutidas as noções de pobreza e delinqüência.

O uso cada vez mais corrente do termo, inclusive pelas ciências sociais, fez com que as pesquisas também contribuíssem na geração de uma imagem quase que universal da criança pobre brasileira enquanto menor abandonado e delinqüente potencial. O título de vários dos livros publicados nos últimos anos expressa claramente a contribuição dada para o reforço de tal imagem: *Pequenos Bandidos* (Arruda, 1983), *O Mundo do Menor Infrator* (Queiroz et alii, 1984), *Abandonados* (Junqueira, 1986), *Trapaceiros e Trapaceados* (Chéniaux, 1986), *O Dilema do Decente Malandro* (Violante, 1983), *O Menor Institucionalizado* (Campos, 1984).

Certamente por estarem sobretudo preocupados em denunciar as formas como a criança pobre brasileira vem sendo vitimizada pela sociedade, pelas instituições de assistência, pela política e pela lei, é que

os vários autores não rompem com a categoria "menor". Ao contrário, contribuem para a própria construção deste sistema classificatório. Vale lembrar que é a partir das denominações "menor abandonado" e "menor delinqüente" (cunhadas pelo Código de Menores de 1927) ou ainda "menor em situação irregular" (lançada pelo Código de 1979) que surgem novas expressões: menor marginalizado, menor institucionalizado, menor perambulante, menor trabalhador etc.

Muito embora a maioria dos autores brasileiros trabalhe com a categoria "menor", deve-se assinalar que na área dos estudos sobre o trabalho aparecem outras denominações tais como "menino(a)s trabalhadora(s)", "trabalhador infantil", "força de trabalho infantil", "infância operária" ou "infância das classes trabalhadoras". Tal opção decorre da ênfase que tais estudos dão à criança e ao jovem enquanto parte da força de trabalho que atua na reprodução social das classes populares (Machado Neto, 1979, 1980; Alvim, 1984, 1985; Spindel, 1985, 1986). Convém ressaltar que, nesta literatura, o tema da marginalidade não ocupa um lugar central, já que se discute a população infantil sob a ótica do trabalho e da família. Sem privilegiar uma análise da inserção da criança na pobreza e na miséria, opta-se por uma perspectiva que considera a inserção das classes trabalhadoras e de seus filhos no mercado de trabalho.

A literatura mais recente viu surgir também a categoria "menino de rua". Gestado a partir de pesquisas sociológicas (Fischer Ferreira, 1979; Gonçalves, 1979), o termo refere-se explicitamente às crianças marginalizadas que não se encontram internadas em instituições e vivem seu cotidiano nas ruas das grandes cidades. Caracterizados como no limiar da delinqüência e como provenientes de famílias pauperizadas pelo processo de acumulação capitalista, os meninos de rua teriam uma trajetória comum: o abandono da família e da escola em troca de uma vida em "bandos" no espaço público das ruas e das praças.

Contrariamente ao termo "menor", que se expandiu na sociedade a partir do seu uso jurídico, a expressão "menino de rua", gerada na academia, acabou por ser incorporada à linguagem corrente, ganhando rapidamente os círculos da Igreja. Enquanto categoria foi também apropriada pelo aparato oficial que, a partir dos Anos 80, começa a oferecer no âmbito da própria

Funabem projetos alternativos para tais grupos de crianças.²⁴ O reconhecimento desta "nova" categoria até mesmo pelos órgãos governamentais indica a constatação da diversidade presente no universo de crianças e jovens oriundos de famílias pobres e que, até o final dos Anos 70, eram reconhecidos no país exclusivamente como "menores".²⁵

b) *A Realidade Revelada pelas Pesquisas*

Na literatura contemporânea sobre o "menor", a *família* é um tema de referência importante, aparecendo segundo um modelo geral explicativo da realidade social em que se encontram as crianças e jovens da pobreza. Tal modelo revela uma família "desorganizada", "desestruturada" e "pobre", marcada pela ausência paterna e geralmente chefiada pela mãe:

"As famílias são, em geral, desorganizadas, principalmente pela ausência do pai — sobretudo por falecimento ou alcoolismo, abandono, prisão, uso de tóxico; ou pela ausência da mãe — por abandono, falecimento, prostituição, psicose, prisão; ou ambos — pelas mesmas razões ou combinações entre elas" (Violante, 1983; 44).

"Meninos de rua", "institucionalizados", "infratores", compartilhariam todos deste mesmo modelo (Guirardo, 1980, 1986; Campos, 1984; Cabral, 1985), tanto na visão dos psicólogos e dos assistentes sociais como da própria Funabem (1986). Um outro elemento também estaria presente na caracterização destas crianças: seu baixo grau de escolarização e forte tendência à evasão que, combinados com a pobreza e a "desorganização familiar", levariam quase que necessariamente tais crianças à rua e à instituição.

A "desorganização familiar" e a evasão escolar remetem segundo os autores, à própria situação de marginalidade social ou exclusão em que se encontra a grande maioria das famílias onde se originam os chamados "menores": expulsas do campo, tais famílias não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho urbano, integrando um verdadeiro exército de desempregados ou subempregados que habitam as favelas e os bairros de periferia das grandes aglomerações do país.²⁶

Muito embora se reconheça as causas econômicas como determinantes de tal mo-

delo de "desorganização familiar", intencionalmente ou não muitos autores acabam por atribuir à própria família a responsabilidade pela situação a que chegaram seus filhos. Nesse sentido as famílias são vistas como também responsáveis e "culpas" pela situação de marginalidade real ou potencial de seus "menores".

Poucos são, entretanto, os trabalhos que conseguem demonstrar empiricamente a prevalência do modelo de "desorganização familiar" preconizado. O estudo do Cebrap (1973) fornece evidências neste sentido. Tendo como objeto de estudo os menores internados em entidades públicas e privadas localizadas em São Paulo, o estudo revelou que apenas 21,3% tinham pai e mãe; os demais eram órfãos (de mãe, pai ou ambos); filhos de pai ou mãe desconhecidos; ou filhos de pais de paradeiro ignorado (Cebrap, 1973: 282). Contrastando com o caso paulista, pesquisa realizada em Porto Alegre (Schneider, 1982: 111) e baseada em dados recolhidos junto ao Juizado de Menores sobre os infratores revelou a seguinte situação: 44,4% dos menores pertenciam a grupos familiares em que aparecia apenas um dos pais, seja por razões de desquite, viuvez, separação do casal ou por ser a mãe solteira. Por outro lado, 55,6% dos menores provinham de famílias cujos pais se encontravam unidos na forma legalmente reconhecida ou não. Na mesma direção, a pesquisa realizada por Arruda em São Paulo (1983) relativiza o modelo de família desestruturada como explicativo da existência de menores infratores:

"As entrevistas que fizemos nos mostram que parte significativa deles provém de famílias formalmente organizadas, se bem que difiram do que é considerado 'normal' (...) Até mesmo uma pesquisa interna da FEBEM/SP, publicada em 1976, mostra que de um total de 169 menores internados como infratores 44,97% provinham de famílias organizadas" (Arruda, 1983: 49).

Mencione-se ainda uma outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro com meninos de rua, que levantou a composição familiar de 300 crianças: 41% afirmaram pertencer a famílias com pai, mãe e filhos. Outras 35% informaram ter sua família encabeçada pela figura materna (Rizzini, 1986: 25).

Vale lembrar que tais pesquisas utilizaram estratégias diversas de investigação, envolvendo problemáticas particulares aos menores nas instituições, no Juizado e na rua. Malgrado a intenção dos últimos autores de romper com o modelo da família desestruturada, os mesmos não fazem mais que relativizar tal modelo, apresentando como argumento principal a existência também da forma "organizada" de família nas camadas pobres de onde são provenientes os menores pesquisados.

Uma via possível de superar tal impasse seria pensar os arranjos familiares específicos fora da dicotomia "organizada"/"desorganizada". Para tanto seria necessário deslocar o foco de análise, da criança de rua e da instituição para a criança da favela ou do bairro de periferia. Em tal direção caminha o trabalho de Valladares (1986), que estudou crianças de uma favela do Rio no seu cotidiano familiar, destacando a importância das relações familiares e de vizinhança como suporte de sua socialização e proteção contra o mundo da rua e da marginalidade.

No conjunto da produção sobre o menor destacam-se também outros grandes temas de interesse, sendo um deles o do "menor institucionalizado". Tal literatura tenta se colocar na perspectiva da própria criança, mostrando a internação como prejudicial, uma vez que não oferece relações afetivas (Guirardo, 1986) e agride os internos pela excessiva disciplinarização. Construindo um indivíduo precariamente socializado para a vida na sociedade, os internatos funcionariam também como "porta de entrada" no mundo da infração. São interpretados por vários autores como "instituições totais", verdadeiras prisões fechadas, altamente disciplinadoras (Campos, 1984; Altoé, 1984; Guirardo, 1986). Alguns trabalhos chegam a discutir as representações dos diversos profissionais da instituição: vêem a criança como "menor", ou seja, um elemento deviante que necessita ser reintegrado à ordem social. Em contraposição, a imagem da instituição é sempre positiva: o sucesso e acertos costumam ser atribuídos à instituição e o fracasso à família e à criança (Guirardo, 1986).

Começa-se a refletir também sobre a trajetória dos "menores institucionalizados" que, após serem apanhados pela polícia, passam pelas Delegacias de Menores, Juizados, unidades de recepção, unidade de triagem, chegando enfim aos internatos especializados onde são separados segundo

sexo, faixa etária e motivo da internação (Araújo, 1979; Queiroz, 1984; Rosemberg *et alii*, 1983; Violante, 1983). Todos os autores criticam tal sistema, cujo funcionamento transforma a criança em objeto de "práticas de encaminhamento", "estudos psicológicos" e "estudo pedagógico". Tornado objeto pelos vários agentes responsáveis pela sua ressocialização, o "menor institucionalizado" deixa de ser sujeito, transformando-se em um pequeno elo de todo um conjunto institucional ao qual se vê subordinado.

A literatura voltada para o "menor institucionalizado" freqüentemente se refere ao "menino de rua" que constitui grande parte de sua clientela potencial quando não real. Aparecendo analiticamente separadas, tais crianças constituem o mesmo grupo social, diferindo apenas em função do recorte do pesquisador, que ora estuda o menor *na* rua, ora o menor *na* instituição.

Alguns temas comuns mostram a articulação possível entre as análises. Tanto o "menor institucionalizado" quanto o "menino de rua" se encontrariam afastados de sua família e próximos à criminalidade. Tanto a vivência na rua quanto a vivência na instituição levariam a "participar e a aprender os códigos do crime e da malandragem iniciando-se eventualmente em pequenos atos anti-sociais" (Arruda, 1983; Campos, 1984).

Apesar da rua e da instituição aparecerem como espaços distintos onde se movem os "menores", há uma continuidade nos deslocamentos, como ressalta a maioria das pesquisas que entrevistaram crianças e jovens em um e outro local (Fisher Ferreira, 1979; Cheniaux, 1986).

A literatura sobre *menino de rua* vai entretanto valorizar este espaço, em contraposição ao espaço institucional. Para além de ser "*locus* da liberdade" (na representação de muitas das crianças entrevistadas), a rua surge como local de trabalho onde garotos e garotas chegam até mesmo a se tornar provedores de suas próprias famílias (Fisher Ferreira, 1979; Medeiros, 1985; Rizzini, 1986). Na leitura feita por alguns autores, a rua é ainda um espaço de convivialidade, onde há regras de convivência e sobrevivência que transparecem sobretudo no exercício do trabalho de rua (Fisher Ferreira, 1979; Medeiros, 1985). Fugir da polícia faz parte também do cotidiano na rua, o que sugere a necessidade de relativizar a representação

das próprias crianças sobre os espaços públicos enquanto locais de autonomia e liberdade. Vista de um outro ângulo, a rua é um espaço ocupado por um grupo de menores diferenciados por idade (predominando aqueles entre dez e 14 anos), sexo (predominantemente masculino) e situação familiar precária (famílias no limiar da pobreza, constituídas quase que exclusivamente por mãe e filhos).

Parte da literatura vai de encontro à idéia corrente de que se estaria diante de um universo de crianças abandonadas. O trabalho de Fisher Ferreira (1979) mostra que os meninos de rua de São Paulo guardam vínculos com suas famílias de origem, mesmo quando tais vínculos não implicam um contato mais estreito entre mãe e filhos. Não parece ser distinta a situação no Rio de Janeiro, onde crianças entrevistadas por Rizzini (1986) declaram em 70% dos casos que se afastam apenas durante o dia para trabalhar. De um universo de 300 crianças, somente 10 (ou 6,32%) alegaram não ter qualquer contato com suas famílias.

Fazendo contraponto a toda uma literatura que revelou uma infância pauperizada, marginalizada, excluída, vitimizada, aparece um conjunto de trabalhos que aponta em outra direção. Privilegiando a infância pobre enquanto inserida no mercado de trabalho e constituindo parcela crescente da força de trabalho nacional (Silva *et alii*, 1982), tais pesquisas vão também assinalar a importância do trabalho enquanto valor cultural e econômico (Alvim, 1985; Spindel, 1985, 1987). O trabalho de Silva *et alii* (1982), realizado a partir de dados estatísticos do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD de 1977, revelou o aumento do trabalho infantil como um reflexo das transformações sociais e econômicas ocorridas na última década. Interpretado como forma de aumentar o orçamento doméstico, o trabalho infantil é visto como tendo uma grave consequência: a de dificultar a escolarização e profissionalização dos jovens.

Preocupada exclusivamente com o menor assalariado, Spindel (1986) levantou suas condições de trabalho em áreas metropolitanas, para mostrar que 60% dos menores que trabalham vêm de famílias operárias cujo chefe é trabalhador qualificado ou semiquilificado; 59% compatibilizam o trabalho com os estudos, apesar da tendência a parar de estudar à medida que a jornada de trabalho se prolonga. A pesquisa sugere também que a família é uma

transmissora da ideologia do trabalho, sendo este provedor de *status* na hierarquia familiar, colaborando na preparação para a vida adulta.

Muito próximas são as conclusões a que chegou Alvim (1985) em pesquisa realizada numa indústria têxtil onde o trabalho infantil aparece como parte da reprodução da família operária. Apesar de precoce, o trabalho de crianças e jovens é visto como "formador", facilitando o início de uma carreira profissional.

Indo de encontro a toda uma visão negativa do trabalho infantil (oriunda, sobretudo, das várias pesquisas realizadas sobre a criança de rua), os últimos autores mencionados não reduzem o trabalho infantil à exploração capitalista da força de trabalho. Reconhecem as condições gerais de exploração da classe trabalhadora mas não as consideram como única explicação para a existência do trabalho infantil.

Temas Emergentes e Novas Direções de Pesquisa

A análise da produção que trata do "menor" e da infância pobre no Brasil tanto permite identificar os temas privilegiados pelos diversos autores como apontar lacunas importantes no interior da literatura existente. Quais seriam, então, as áreas que apenas começam a ser exploradas pelos pesquisadores? Quais seriam os novos temas emergentes que apontariam em novas direções de pesquisa?

Verifica-se por um lado a tendência ao desdobramento de temas já consolidados e, por outro, a tendência ao desenvolvimento de novos temas (ver o Quadro 3).

Na área temática da violência, delinquência e criminalidade, começam a aparecer os primeiros estudos sobre a violência dentro e fora das próprias famílias no que se refere a maus-tratos, abuso sexual (Azevedo e Guerra, 1987; Guerra, 1984; Santos, 1987) e prostituição (Lorenzi, 1985). São textos com forte teor de denúncia, em alguns casos vinculados ao movimento feminista na sua vertente de luta contra a violência sobre a mulher (Prado e Oliveira, 1981). Numa outra direção vão os trabalhos de Zalar (1983, 1985), que se interessa pela trajetória do bandido, chamando a atenção para os mecanismos de recrutamento e de iniciação presentes desde a infância. O processo através do qual o jovem opta pelo trabalho ou pela "vida de bandido" é examinado à luz de situações

familiares e de um mercado de trabalho insuficiente.

Na área dos estudos sobre o "menor institucionalizado" vem surgindo como objeto de reflexão o homossexualismo presente nos internatos tanto masculinos como femininos (Pellegrino, 1983; Cabral, 1985). Tal literatura, até o presente abordada segundo a ótica da Psicologia, inclui um texto-depoimento (a autobiografia de Herzer, 1982) que também contribui para a análise da sexualidade dentro da instituição. Numa direção totalmente distinta, mas articulada à questão institucional, aparece o interesse pelo "menor institucionalizado" quando da sua entrada no mundo adulto. Os trabalhos de Campos (1984) e Alvim e Altoé (1987) começam a discutir o que acontece com os egressos da Funabem, que tendem a permanecer "eternos menores".

O tema do trabalho infantil, apesar de bastante tratado pela literatura, ainda apresenta possíveis desdobramentos. Começa-se a dar ênfase à "fração infantil da força de trabalho" entre famílias agricultoras (Ribeiro, 1982; Paulilo, 1987), bem como à relação entre a escolarização e o trabalho infantil no meio rural (Antuniassi, 1983; Girardi, 1978; Fukui, 1981). Tais pesquisas apresentam como interesse o fato de passarem ao largo da concepção da criança enquanto "menor", visto que as crianças são estudadas no âmbito da família e do trabalho familiar.

Dois outros temas relevantes começam a ganhar espaço no conjunto da literatura: a análise sociológica da legislação sobre o menor e a história da infância pobre no Brasil. Já apareceram algumas reflexões sobre os dois Códigos de Menores (Russo, 1984; Jasmin, 1985; Araújo, 1985) e já se começa a pesquisar alguns aspectos da história da proteção à infância no país (Mesgravis, 1975; Rago, 1985; Gonçalves, 1987; Venancio, 1987).

Paralelamente às temáticas emergentes, observa-se lacunas importantes no conjunto da produção. Questões pertinentes como a gravidez na adolescência (fenômeno crescente segundo os próprios Censos) e a adoção de crianças dentro e fora do país (problemas de grande visibilidade nacional) não têm ainda peso no conjunto da literatura. Apenas dois trabalhos discutem a gravidez e a adoção (respectivamente Barroso *et alii*, 1986, e Arnaut, 1978).²⁷

Outro tema pertinente ao se pensar a infância pobre frente à sociedade nacional seria a problemática da criança dentro da

questão racial. Na maioria das pesquisas realizadas sobre os "menores" há sempre uma referência ao contingente negro da população infantil. No entanto a "criança negra" não se tornou ainda objeto de pesquisa. Os únicos trabalhos um pouco mais específicos referem-se à criança escrava (Mott, 1979) ou à criança negra e a escolarização (Luiz, 1979; Rozemberg, 1986). A importância do tema é revelada por pesquisa realizada em São Paulo, que mostrou que a população negra paulista não vem usufruindo as mesmas oportunidades de acesso e permanência na escola que a população branca (Rozemberg, 1986: 402).

Para além de temas específicos, há que apontar novas direções para a pesquisa sobre a infância pobre no Brasil: a) haveria que privilegiar o estudo da infância em detrimento do estudo do menor; b) abandonar a categoria "menor", bem como o sistema classificatório do qual ela é parte, o que representaria romper com a visão clichê que tem marcado a maioria dos estudos até agora realizados; c) pensar mais a criança na família, na vizinhança,

no bairro ou favela e as articulações aí presentes; d) pensar mais a criança em relação à família, mesmo quando o recorte do pesquisador for a criança na rua ou na instituição.

Finalmente não se poderia deixar de apontar a necessidade de estudos sobre as diferentes formas de intervenção do Estado na proteção e assistência à infância pobre no Brasil. Se existem alguns estudos pontuais sobre a atuação mais recente de órgãos governamentais (como os trabalhos de Paseti, 1982, e Araújo, 1979, 1985), inexistente uma análise geral que incorpore a longa trajetória da ação estatal desde o princípio do século, relacionando-se às diferentes conjunturas que a marcaram. Tal estudo deveria considerar as diferentes composições presentes na formulação e reformulação da chamada "política do bem-estar do menor", indicando como os diferentes atores sociais conseguiram em vários momentos pressionar no sentido de transformar a "questão do menor" numa questão prioritária.

Notas

1. Uma análise dessa literatura é encontrada em Leite Lopes (1984) e Alvim (1984).
2. São conhecidos os personagens de Oliver Twist (Dickens, 1838), The Gavroche (Hugo, 1862) e as referências de Engels no clássico *The Condition of the Working Classes in England* (1844).
3. Segundo Donzelot (1980), tal sistema perdura na França entre 1758 e 1860. A "Roda" desenvolveu-se como uma forma de assistência e proteção à criança abandonada, permitindo o anonimato à progenitora. Tanto instituições do Estado como religiosas incentivavam esta prática.
4. Vale assinalar que, também no Brasil, há referências à prática da roda desde o século XVIII (Moncorvo Filho, 1926). Pesquisa em andamento (Venancio, 1987) assinala: "No século XVIII, com o crescimento da população livre e pobre, tornou-se comum os pais abandonarem filhos 'ao desamparo pelas ruas e lugares imundos' das paragens cariocas (...). Foram criados o Recolhimento de Meninas Órfãs em 1734 e a Roda dos Expostos em 1738 na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, estabelecimentos construídos com esmolas e legados de benfeitores". Tal registro não parece suficiente, no entanto, para se identificar no século XVIII uma discussão marcante em torno do problema da infância no Brasil.
5. Dentre estas vale citar o Decreto-Lei n. 1.313, de 1891 (Deodoro da Fonseca), que regulariza o trabalho dos menores nas fábricas da Capital Federal via fiscalização, limite de idade, fixação da jornada de trabalho etc. Em 1917 é promulgada a Lei n. 1.801, que aumenta para 14 anos o limite de idade e estabelece condições para admissão na fábrica (atestado médico, escolarização mínima, vacinação), além de reduzir a jornada de trabalho para seis horas. Para uma análise destas leis, ver Alvim (1985).
6. Os inúmeros decretos que desde o século XIX vinham sendo aprovados no sentido de institucionalização da instrução primária reforçam a hipótese do tratamento diferenciado dado pela sociedade aos filhos dos pobres. Se bem que já conste da Constituição

de 1824 a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, e tendo sido instituída a escolaridade obrigatória nas três primeiras décadas do século, na prática a escola primária não se destinava a tais crianças. Segundo Abreu (1980: 103), a própria lei da obrigatoriedade demarcava os destinatários do ensino primário obrigatório quando isentava aqueles que “sofrerem de moléstia contagiosa ou repulsiva e os incapazes, física e moralmente (grifo nosso)”; os que “forem extremamente pobres, enquanto não receberem recursos fornecidos por institutos de beneficência escolar”. A exclusão da infância pobre do projeto educacional ia, portanto, de encontro ao Código de Menores de 1927, voltado para os direitos do menor excluído.

7. Para uma análise detalhada deste primeiro Código de Menores, ver Russo (1985).

8. São elementos desta política social: a jornada de trabalho de oito horas; a proteção ao trabalho feminino; a previdência social dos servidores públicos; a obrigatoriedade da carteira profissional para os trabalhadores urbanos; a lei do salário mínimo. Sobre a história da política social brasileira, ver Santos (1979).

9. O UNICEF foi criado em 1946 por resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, para atender em caráter de emergência as crianças européias vitimadas pela guerra. No final da década de 50, a situação de emergência européia estava praticamente superada e o UNICEF começou a concentrar sua atenção nos países menos desenvolvidos da Ásia, Oriente Médio e América Latina. Poucas referências existem sobre a história dos primeiros anos de sua atuação no Brasil, sabendo-se apenas que era de caráter emergencial, centrada na distribuição de leite em pó (UNICEF, 1980).

10. Para uma análise das transformações ocorridas entre os Anos 50 e 80 ao nível da urbanização e mudança na composição do emprego no Brasil, ver Faria (1983).

11. Veja-se o livro *Assim Marcha a Família* (1965), de autoria de jornalistas e escritores como Carlos Heitor Cony, José Louzeiro, Sylvan Paezzo.

12. No livro acima citado, há referência a um projeto apresentado em 1950 à Câmara, propondo a extinção do SAM e a criação de um novo órgão (p. 126).

13. Bandidos como Cara de Cavalo, Mineirinho, Mauro Guerra, China Preto, Pondonga e Getulinho foram todos egressos do SAM. Do mesmo modo os menores Manguito e Fuinha, foragidos do SAM que mataram o jovem Odylo Costa Neto, provocando com o crime a mobilização da opinião pública e seu apoio para a extinção do SAM. *Idem*, pp. 129-131.

14. A história da Pastoral do Menor encontra-se descrita no livro recente de Giustina (1987), que oferece detalhes sobre sua atuação em São Paulo.

15. O Juiz de Menores da Guanabara, Alyrio Cavallieri, em seu livro *Direito do Menor* (1978) denuncia as pressões do *Jornal do Brasil*, que lhe cobrava o recolhimento indiscriminado de menores nas ruas. Segundo o autor, competia à polícia tal recolhimento — e não ao Juizado.

16. Vale lembrar que, desde 1974, o Senador Nelson Carneiro apresentara um anteprojeto de um novo Código, aprovado finalmente em 1979.

17. Tais dados e estimativas são passíveis de críticas; ver Valadares *et alii*.

18. Sobre a prisão cautelar de menores, introduzida no país em 1979, ver Junqueira (1986).

19. Os quadros a seguir excluem a produção jurídica que, apesar de relevante, não integra os 212 títulos que compõem o universo bibliográfico aqui avaliado. Do mesmo modo, para efeito de contagem, só se considerou os textos posteriores a 1960.

20. Na análise a ser feita adiante sobre cada um dos grandes temas serão consideradas as fronteiras temáticas que nesse momento não são aqui comentadas.

21. O tema da educação primária constitui em si um amplo campo de investigação. Só foram considerados aqui aqueles trabalhos que enfatizam o impacto da pobreza sobre o desempenho educacional. Uma análise da literatura mais geral encontra-se em Brandão *et alii* (1984).

22. O livro *A Infância dos Mortos* (Louzeiro, 1977) gerou o filme *Pixote*. O livro *A Queda para o Alto* (Herzer, 1982) inspirou o filme *Vera*. E o romance *Com Licença Eu Vou à Luta* (Maciel, 1983) levou ao filme do mesmo nome.
23. Cumpre assinalar que o livro de Maciel difere dos demais, na medida que a autora é uma adolescente de classe média baixa que se ressentiu, sobretudo, de problemas com a sua família e os valores que a mesma defende.
24. O deslançar de tais atividades se deu através de um convênio estabelecido entre UNICEF/SAS/Funabem a nível social: Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua.
25. Uma análise do conjunto de projetos alternativos para meninos de rua, oferecidos tanto pelos órgãos oficiais como pela Igreja, pode ser encontrada em (Valladares *et alii*, 1988).
26. Vale assinalar que praticamente todos os autores tomam a teoria da marginalidade social como referência importante para suas análises.
27. Vale assinalar que há muitos trabalhos sobre o tema da adoção na produção jurídica que foi levantada mas não analisada nesta resenha.

I — Bibliografia sobre a Criança no Brasil

- Abreu, Dulce Regina Guimarães de
1980. *Alfabetização e Escolarização Primária. Estudo Histórico da Vinculação da Alfabetização à Escolarização Pública Primária Estadual no Estado do Rio de Janeiro em 1821 e 1978*. Dissertação de Mestrado, IESAE/FGV.
- Alvarez, Marcos César
1987. *O Código de Menores de 1927*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 9 pp.
- Alves, Branca & Barsted, Leila de
1987. "Permanência ou Mudança: A Legislação sobre Família no Brasil". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Família e Valores*. São Paulo. Ed. Loyola, 205-224.
- Altoé, Sonia
1985. "Os Processos Disciplinares nos Internatos de Menores". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, 39-53.
- Alvim, Maria Rosilene B.
1984. "Trabalho Infantil e Reprodução Social: O Trabalho das Crianças numa Fábrica com Vila Operária". In: Machado da Silva (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio, Zahar, col. Debates Urbanos, n. 6, 59-81.
1985. *Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um Estudo de Caso sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 633 pp.
- Alvim, Rosilene & Altoé, Sonia
1987. "Eternos Menores". *Tempo e Presença*, março, 4-5.
- Alvim, Rosilene *et alii*
1987. "Quem tem Medo do Menor". *Tempo e Presença*, março, 12-15.
- Amado, Jorge [1937]
1961. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 342 pp.
- Amazonaida, Potyara e outros
1979. *Estudo Básico para Criança de Baixa Renda. Análise e Sugestões para uma Política Social da Criança e da Família*. Unicef.
- Andrade, Vera Regina Gonçalves de
1977. *Estudo do Modelo de Serviço Social na Reeducação de Menores com Conduta Anti-Social no Instituto Padre Severino: Unidade de Reeducação da Funabem*. Tese de Mestrado, PUC/RJ.

- Antonio, Alda Marco
1987. *Informações sobre a Tentativa de uma Nova Política Pública para o Menor de Idade em São Paulo*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 11 pp.
- Antuniassi, Maria Helena Rocha
1983. *Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural*. Rio, Ed. Zahar, Col. Agricultura e Sociedade.
- Araújo, André Vidal de
1965. *Pré-Delinquência Infantil em Manaus*. Manaus, Edições Governo do Amazonas, 114 pp.
- Araújo, João Comam de
1967. *Considerações sobre o Trabalho do Menor dos 12 aos 14 anos*. Rio de Janeiro, Funabem, 10 pp.
- Araújo, Silvana Miccelli
1979. *De Pivete a Criança, um Estudo em uma Instituição de Menores*. Dissertação de Mestrado, PPGAS — Museu Nacional — UFRJ, 100 pp.
1984. "Da Caridade à Justiça: Uma Análise da Justiça de Menores". In: *Os Conflitos Sociais da Menoridade: Um Estudo da Produção Jurídica do Menor*. Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais — PUC/RJ.
- Arnaut, Teresinha
1978. *Adoção: Sua Dimensão num Programa de Proteção à Infância*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- Arruda, Rinaldo
1983. *Pequenos Bandidos*. São Paulo, Ed. Global, 175 pp.
- Aversi, Vera
1971. "O Trabalhador Menor". *Administração Paulista*, n. 22, julho/dezembro.
- Azevedo, Hilda Costa
1983. *Do Abandono à Delinquência*. Rio de Janeiro, Shogun Ed., 95 pp.
- Azevedo, Maria Amélia & Guerra, Viviane
1987. *Pele de Asno Não é só Estória... Um Estudo sobre a Vitimização Sexual de Crianças e Adolescentes em Família*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 36 pp.
- Azzi, Riolando
1987. "Família e Valores no Pensamento Brasileiro (1870-1950): Um Enfoque Histórico". In: Ribeiro, Ivete, *Família e Valores*. São Paulo, Ed. Loyola, 85-120.
- Baeta, Ana Maria Bianchini
1980. *Estudos de Instituições de Atendimento ao Menor Desassistido na Perspectiva de seus Objetivos, Metodologia, Recursos Humanos e de Possibilidade de Integração deste Menor no Mercado de Trabalho*. FGV/IESAE, 251 pp.
- Barros, J. M. de Aguiar
1980. "A Utilização Político-Ideológica da Delinquência". *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. III, n. 20, 11-19.
- Barros, Salvina Pereira
1981. *Meninos Fora da Escola*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 141 pp.
- Barroso, Carmem et alii
1986. *Gravidez na Adolescência*. Brasília, IPLAN/IPEA/Unicef, Fundação Carlos Chagas, 133 pp.
- Bazílio, Luis Cavallieri
1985. *O Menor e a Ideologia de Segurança Nacional*. Belo Horizonte, Vega/Novo Espaço, 86 pp.

- Bierrenbach, Maria Ines R.
1987. *Políticas Públicas em Atenção à Criança ou o "Pobre". Recorte Social de Realidade*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 16 pp.
- Brandão, Zaia
1982. "A Formação dos Professores e a Questão das Crianças das Camadas Populares". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 40, fevereiro, 54-57.
- Brandão, Zaia *et alii*
1984. "Evasão e Repetência no Brasil". In: Vanilda Paiva (ed.), *Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 141-167.
- Brasil. Congresso, Câmara dos Deputados
1976. *A Realidade Brasileira do Menor*. Relatório, Brasília, Coordenação de Publicações, 260 pp.
- Brasil. Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara
1969. *Internamento de Menores*. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 212 pp.
- Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/Funabem
1984. *Funabem Ano 20*. Rio de Janeiro, 460 pp.
- Bzuneck, José Aloyseo
1979. *Julgamento Moral de Adolescentes Delinqüentes em Relação à Ausência Paterna*. Tese do Instituto de Psicologia da USP, 174 pp.
- Cabral, Elizabeth
1985. *Homossexualismo e Delinqüência: Um Estudo sobre Menores em uma Instituição Convencional*. Tese de Mestrado em Psicologia, PUC, 332 pp.
- Caldeira, Clóvis
1960. *Menores no Meio Rural*. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 190 pp.
- Calsing, Eliseu *et alii*
1986. *O Menor e a Pobreza*. IPLAN/IPEA/UNICEF/SUDENE, 155 pp.
- Campos, Angela Valladares
1984. *O Menor Institucionalizado*. Petrópolis, Vozes, 195 pp.
- Campos, Nuno de
1979. *O Estado e os Menores de Conduta Anti-Social*. Florianópolis, UFSC.
- Candiago, Fausto C. A.
1984. *Delinqüência no Brasil, Verdade e Soluções*. Rio de Janeiro, edição do autor, 458 pp.
- Carvalho, J. L. & Magalhães, V.
1979. *A Urbanização e o Círculo Vicioso da Pobreza: O Caso da Criança Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, IPGE/IBRE/FGV.
- Castro, Lúcia Rabello
1978. "Um Enfoque Psicológico do Problema da Delinqüência". *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1-2, jan./jun., 162-173.
- Cavallieri, Alyrio
1978. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
1986. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro, Ed. Forense, Série Direito: Perguntas e Respostas.
- Ceará. Secretaria de Planejamento e Coordenação
1982. *O Menor nas Cidades de Porte Médio do Estado do Ceará: Iguatu*. Fortaleza, Sudec, 150 pp.
1982. *O Menor na Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza, Sudec, 353 pp.
1982. *O Menor nas Cidades de Porte Médio do Estado do Ceará: Sobral*. Fortaleza, Sudec, 147 pp.

- Cebrap
1972. *A Criança, o Adolescente e a Cidade*. São Paulo, Cebrap, 307 pp.
- Chahad, J. Paulo Z.
1975. *Participação dos Jovens na Força de Trabalho em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FEA-USP.
- Cheniaux, Sonia
1982. *Trapaceados e Trapaceiros: O Menor de Rua e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez Ed., 90 pp.
- Collen, Paulo
1987. *Mais que a Realidade*. São Paulo, Cortez Ed., 185 pp.
- Comissão Nacional Criança e Constituinte
1986. *Constituinte: Lute por Mim: Propostas para a Constituinte sobre a Criança e o Adolescente*. Mimeo, 33 pp.
- Copit, Melany & Patto, M.
1979. "A Criança-Objeto na Pesquisa Psicológica". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 6-9.
- Coordenadoria de Conflitos Agrários (Mirad) e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
1987. *Violência contra Mulheres e Menores*. Brasília, 42 pp.
- Correa, Marisa
1982. "Antropologia e Medicina Legal". In: Eulálio, Alexandre *et alii*, *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Brasiliense, 52-63.
- Dannemann, Robert N.
1962. *Sondagem de Relações de Trabalho entre Menores Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais/Senac, 47 pp.
- Dauster, Tania & Guimarães, Carmem Dora
1984. *A Pré-Escola nas Camadas Populares: Rito ou Mito de Passagem*. Reunião Anual da Anpocs, 20 pp.
- Dal-Rosso, Sadi & Resende, Maria Lúcia
1986. *As Condições do Emprego do Menor Trabalhador*. Brasília, Thesaurus, 114 pp.
- Demo, Pedro
1978. *O Menor Abandonado. Algumas Questões do Ponto de Vista da Política Social*. Trabalho apresentado no Fórum Educacional, Rio de Janeiro, junho.
- Diaferia, Lourenço *et alii*
1977. "A Tragédia de Edmilson, um Menor Abandonado, Matar ou Morrer". *Extra-Realidade Brasileira*, Coleção Livro Reportagem 2, ano I, janeiro, 66 pp.
- Duarte, Sérgio Guerra
1978. *Menores, Marginalidade e Educação*. Dissertação de Mestrado, FGV/IESAE, 241 pp.
- FEBEM
1976. *Diagnóstico para Novos Rumos*. São Paulo, FEBEM.
- Ferreira, Lilibeth & Leite, Márcia & Silva, Rosa & Caillaux, Elisa
1985. *Situação do Menor nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Análise dos Resultados Preliminares. Suplemento PNAD/85*, 20 pp.
- Ferreira, Benedito Genesio
1980. *Um Mundo Menor do Maior. O Trabalho do Menor na Indústria de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado, Depto. de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, 209 pp.

- Ferreira, Maria Teresa
1966. *Os Patrulheiros de São Carlos, como Solução do Problema do Menor*. São Paulo, USP, monografia.
- Figueira, Josefina
1973. *Menores Infratores da Guanabara 1964-1971* (Características do Sistema de Processamento) 2. Relatório de Pesquisa, Faculdade Cândido Mendes, Iuperj, 123 pp.
- Fischer Ferreira, Rosa Maria
1979. *Meninos da Rua*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo-Cedec, 174 pp.
1980. *O Problema da Escola e da Marginalização Infantil*. Trabalho apresentado na 32.ª Reunião Anual da SBPC.
- Fonseca, Cláudia
1982. *Socialização de Crianças em um Grupo de Baixa Renda*. Trabalho apresentado na VI Reunião da Anpocs, Nova Friburgo.
1985. Valeur Marchande, Amour Maternel et Survie: Aspects de la Circulation d'Enfants dans un Bidonville Brésilien. *Les Annales ESC*, v. 40, n. 5, 991-1.022.
1986. "Orphanages, Foundlings and Foster Mothers: The System of Child Circulation in a Brazilian Squatter Settlement". *Anthropological Quarterly*, v. 59, n. 1, 15-27.
1986. "A Circulação de Crianças em Grupos Populares de Alegre no Início do Século: Um Exame de Processos Jurídicos de Apreensão de Menores (1900-1926)". Trabalho apresentado na X Reunião da Anpocs, Campos do Jordão, São Paulo, 26 pp.
1987. "Vai-e-Vem de Crianças". *Mulherio*, Ano 7, n. 30, julho.
- Fonseca, Guido
1982. *A Prostituição em São Paulo*. São Paulo, Resenha Universitária.
- Funabem
1971. *Resultados Preliminares do Levantamento Realizado nas Fundações ou Serviços de Bem-Estar do Menor*. Rio de Janeiro.
1972. *Roteiro da Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Rio de Janeiro, 103 pp.
1973. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor em Ação*. Rio de Janeiro, 302 pp.
1973. *Plano de Integração de Menores na Comunidade*. Recife, 1 v.
1974. *A Experiência da Funabem na Reeducação do Menor de Conduta Anti-Social*. Rio de Janeiro, 91 pp.
1976. *O "Menor-Problema Social" no Brasil e a Ação da Funabem*. Rio de Janeiro, 142 pp.
1978. *O Menor: Problema Social no Brasil e a Opção da Funabem*. Rio de Janeiro.
1984. *Marginalização e Menor Problema*. Rio de Janeiro, 1 v.
1986. *Crianças e Adolescentes Marginalizados em Situação de Risco*. Rio de Janeiro.
1987. *Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor*. Síntese de Relatórios Estaduais, Rio de Janeiro, 3 vs.
- Funabem/Cedep/Dies
1983. *Levantamento do Perfil Sócio-Econômico do Aluno Interno da Funabem*. Relatório, Rio de Janeiro, Decep/Diesp, 47 pp.
- Fukui, Lia *et alii*
1981. "A Desescolarização, o Trabalho Infantil e a Questão do Menor: Um Projeto de Pesquisa". *Cadernos*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 15 agosto, 33-43.
- Fukui, Lia & Sampaio, Efigenia & Brioschi, Lucila
1984. *A Questão do Trabalho Infantil na Grande Imprensa Paulista na Década de 70*. 14.ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, abril.
1987. *O Escolar, o Trabalhador Infantil e o Menor na Grande Imprensa na Década de 70*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clasco, Cedec, USP, 25 pp.

- Fundação Instituto de Planejamento do Ceará — Iplance
 1980. *O Trabalho do Menor no Setor Informal*. Relatório de Pesquisa, Fortaleza, Iplance.
- Garcia, Walter Esteves
 1979. "Propostas Educacionais das Instituições de Menores Carentes no Estado de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, v. 31, dezembro, 81-85.
- Girardi, Zélia
 1978. *Relação entre Integração Escola-Comunidade e a Evasão e Repetência na Zona Rural*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 100 pp.
- Giustina, Jair Della
 1987. *A Pastoral do Menor no Brasil Hoje*. Petrópolis, Vozes.
- Gonçalves, Margareth de Almeida
 1987. "Expostos, Roda e Mulheres: A Lógica da Ambigüidade Médico-Higienista". In: Almeida, Angela Mendes de et alii, *Pensando a Família no Brasil: Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 37-53.
- Gonçalves Zuila
 1979. *Meninos de Rua e a Marginalidade Urbana em Belém*. Belém, Ed. Salesianos do Pará, 205 pp.
- Gouvea, Aparecida Joly
 1983. "O Trabalho do Menor, Necessidade Transfigurada em Virtude". *Cadernos de Pesquisa*, 44, fevereiro, 55-62.
- Gregori, José
 1979. "O Menor ainda Minimizado pela Lei Brasileira". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, dezembro, 4-5.
- Greco, Afonso
 1977. *Aspectos da Formação Profissional no Brasil. A Experiência Senai*. Belo Horizonte, Senai, Publicação 4, 67 pp.
- Guazelli, Elizabeth
 1979. *A Criança Marginalizada e o Atendimento Pré-Escolar*. Porto Alegre, Ed. Globo.
- Guerra, Viviane
 1984. *Violência de Pais contra Filhos*. São Paulo, Ed. Cortez.
- Guimarães, Paulo
 1974. *Ainda o Problema do Menor Abandonado...* Rio de Janeiro, Gráfica Auriverde, 52 pp.
- Guirardo, Marlene
 1980. *A Criança e a FEBEM*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 207 pp.
 1986. *Instituições e Relações Afetivas*. São Paulo, Summus Ed., 210 pp.
- Gusmão, Saul de
 1944. *O Problema dos Menores*. Ed. Imprensa Nacional.
- Herzer
 1982. *A Queda para o Alto*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 200 pp.
- Holla Hender, Virginia Perez
 1978. *Reintegração Psico-Social do Delinqüente Juvenil: Estudo de Caso na Grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 363 pp.
- Homem, Elza Maria N.
 1961. *A Situação Escolar do Menor que Trabalha*. São Paulo, mimeo.

- Ibase
- 1986. *Tabela de Indicadores de Menores Trabalhando no Campo*. Rio de Janeiro, Ibase.
 - 1986. *O Menor que Dorme na Rua do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ibase, abril, 9 pp.
- IBGE/Unicef
- 1981. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Situação de Saúde*. Rio de Janeiro, IBGE, 264 pp.
 - 1982. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Características Sócio-Demográficas. 1970-1972*. Rio de Janeiro, IBGE.
 - 1985. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: Aspectos Econômicos da Mortalidade Infantil em Áreas Urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 93 pp.
- Jabara Cathy *et alii*
- 1981. "Demanda de Educação para Crianças entre Pequenos Agricultores no Vale do Ribeira". *Revista de Economia Rural*, vol. 19, n. 4, pp. 621-634.
- Jasmim, Marcelo
- 1985. *Para uma História da Legislação sobre o Menor*. NEAM/Depto. História-PUC/RJ, mimeo.
- Junqueira, Lia
- 1986. *Abandonados*. São Paulo, Ed. Ícone, 175 pp.
- Kramer, Sonia
- 1981. *A Política do Pré-Escolar*. São Paulo, Ed. Achiamé, 131 pp.
- Leal, César
- 1983. *A Delinqüência Juvenil, seus Fatores Exógenos e Prevenção*. Rio de Janeiro, AIDE Ed.
- Leers, Bernardino
- 1987. "Filosofia, Moral, Ética, Família e Sociedade no Brasil (1964-1984)". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Família e Valores*. São Paulo, Ed. Loyola, 121-164.
- Leite, Elenice Monteiro
- 1979. *O Papel do Senai no Processo de Formação de Mão-de-Obra*. São Paulo, CET/DPEA.
- Leon, Ramon *et alii* (Grupo Técnico)
- 1986. *A Experiência de Desenvolvimento Infantil*. Santa Catarina, Pró-Criança-Unicef, 39 pp.
- Lima, Albino
- 1975. *O Trabalhador Menor e sua Formação Metódica*. São Paulo, Ed. Resenha Universitária.
- Lofredi, Lais Esteves (coord.)
- 1983. *Estratégias de Manutenção e Práticas de Atendimento ao Menor Institucionalizado na Rede de Assistência do Âmbito Civil*. NEAM, Relatório de Pesquisa, PUC/RJ, 156 pp.
- Lorenzi, Mário
- 1985. *Crianças Mal-Amadas*. São Paulo, Global Editora, 75 pp.
- Louzeiro, José
- 1977. *A Infância dos Mortos*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 228 pp.
- Louzeiro, José (coord.)
- 1965. *Assim Marcha a Família*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 177 pp.
- Luiz, Maria do Carmo *et alii*
- 1979. "A Criança (Negra) e a Educação". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, dezembro, 69-72.

- Luppi, Carlos Alberto
 1981. *Agora e na Hora da Nossa Morte*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 200 pp.
 1987. *Malditos Frutos do Nosso Ventre*. São Paulo, Ed. Ícone, 243 pp.
- Machado Neto, Zahidé
 1979. "Meninos Trabalhadores". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, 95-102.
 1980. "As Meninas: Sobre o Trabalho da Criança e da Adolescente na Família Proletária". *Ciência e Cultura*, v. 32, n. 6, 671-683.
- Maciel, Eliane
 1983. *Com Licença. Eu vou à Luta*. Rio de Janeiro, Rocco Ed., 272 pp.
- Madeira, Felícia R.
 1984. *A Integração Trabalho e Escola na Vida do Menor: O Senso Comum, as Interpretações e a Realidade*. Relatório de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas.
 1984. *Jovem Brasileira. A Experiência dos Anos 70 entre os Setores Populares na Cidade de São Paulo*. Comunicação à reunião da CEPAL, Pensar da Mujer Joven: Problemas y Experiencias Preliminares, Santiago, dezembro.
- Mattoso, Eugênio
 1974. *O Problema Social do Adolescente e/ou Menor Abandonado, Perambulante*. Rio de Janeiro, ANM, 36 pp.
- Medeiros, Lygia de
 1985. *A Criança da Favela e sua Visão de Mundo: Uma Contribuição para o Repensar da Escola*. Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/RJ, 140 pp.
- Medeiros, Marília Falcci
 1985. *O Trabalhador Infantil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 140 pp.
- Melo, Floro Araújo
 1986. *A História da História do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, edição do autor, 224 pp.
- Mello, Sylvia Lesser de
 1987. *A Vila Helena: Um Bairro e Suas Famílias*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 14 pp.
- Mesgravis, Laima
 1975. "A Assistência à Infância Desamparada e a Santa Casa de São Paulo: A Roda dos Expostos no Século XIX". *Revista de História*, julho/setembro, v. III, n. 105, 401-425.
- Micotti, Maria Cecília de Oliveira
 1986. "Educação Pré-Escolar". *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 7, julho.
- Misse, Michel et alii
 1973. *Delinqüência Juvenil na Guanabara*. Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, Juizado de Menores, 141 pp.
- Moncorvo Filho, Carlos Arthur
 1926. *História da Proteção à Infância do Brasil 1500-1922*. Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 384 pp.
 1986. "Menores: Os Prisioneiros do Humanismo". *Lua Nova Cultura e Política*, v. 3, n. 2, outubro/dezembro, 31-37.
- Mott, Maria Lúcia
 1979. "A Criança Escrava na Literatura de Viagens". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 57-68.
- Moura, Esmeralda B. de
 1972. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores de Sexo e Idade na Dinâmica do Capital*. Petrópolis, Vozes, 165 pp.

- Oliveira, Clóvis de
1975. *Senai: Concretização da Educação Industrial: Subsídios para a História da Indústria Brasileira*. São Paulo, S.C.P.
- Oliveira, Jane Souto
1984. *Pelo Direito de Ser Menor*. Rio de Janeiro, setembro, mimeo.
- Oliveira, Luiz A. Pinto de
1976. "Considerações sobre a Força de Trabalho Jovem e o Desenvolvimento Econômico: O Caso de São Paulo". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 37, n. 147, julho/setembro.
- Orlandi, Orlando
1985. *Teoria e Prática do Amor à Criança*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 174.
- Passetti, Edson
1982. *A Política Nacional de Bem-Estar do Menor*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 268 pp.
- Pastore, J. & Zylbertajn, H. & Pagotto, C. S.
1983. *A Participação da Mulher e do Menor na Força de Trabalho, uma Estratégia de Sobrevivência*. Relatório Final, São Paulo, Mtb/FIPE, novembro.
- Paulilo, Maria Ignez S.
1987. "O Peso do Trabalho Leve". *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, janeiro/fevereiro, 64-72.
- Pelegrino, Pedro Guimarães
1983. *Homossexualismo na Instituição*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- Poppovic, Ana Maria
1979. "A Escola, a Criança Culturalmente Marginalizada e a Comunidade". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 30, setembro, 51-56.
- Prada, Cecília
1981. *Menores no Brasil: A Loucura Nua*. São Paulo, Alternativa.
- Prado, Danda & Oliveira, Cícera Fernandes de
1981. *Cícera. O Destino de Mulher*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 128 pp.
- Prescivalle, Odair
1984. "Escolaridade e Trabalho: As Experiências de Escolas de Produção". *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 1, n. 19, julho, 73-85.
- Queiroz, José
1984. *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo. Ed. Cortez, 174 pp.
- Renault, Delso
1974. *O Problema do Menor: Leon Renault, um Pioneiro*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 236 pp.
- Repetto, Beatriz Helina de Assis
1966. *Pesquisa sobre a Agressividade nos Delinquentes Juvenis*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, 7 pp. e tabelas.
- Resende, Maria Lucia & Dal-Rosso, Sadi
1982. "Trabalho, Salário e Pobreza: Os Problemas do Menor Trabalhador". *Série Sociológica*, Brasília, n. 35, setembro.
- Ribeiro, Ivete
1982. *A Multiplicação dos Braços*. Tese de Mestrado, IUPERJ, 289 pp.
1987. "Sociedade e Família no Brasil Contemporâneo: De Que Menor Falamos?" *In: Ribeiro, Ivete (org.), Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo, Ed. Loyola, 27-40.

- Ribeiro, Ivete & Pacheco, Sonia
1979. *O Enquadramento Institucional como Prática de Ressocialização*. XXXI Reunião da SBPC, Fortaleza, mimeo.
- Ribeiro da Silva, Rosa
1987. "Educação e Trabalho do Menor: Dimensão Nacional e Manifestações Regionais". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo, Ed. Loyola, 40-59.
- Rio, João do
1952. "Os Tatuadores". In: *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 44-50.
1952. "Os que Começam". In: *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 176-181.
1981. "As Crianças que Matam". In: *Histórias da Gente Alegre*. Seleção, Introdução e Notas por João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro, José Olympio, 39-48.
- Rizzini, Irene
1985. "A Internação de Crianças em Estabelecimentos de Menores: Alternativa ou Incentivo ao Abandono?" In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 17-39.
- Rizzini, Irene & Altoé, Sonia
1985. "Sobre as Relações Afetivas nos Internatos para Menores". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 111-129.
- Rizzini, Irene et alii
1986. *A Geração da Rua*. Rio de Janeiro, CESME/USU, março, 50 pp.
- Rizzini, Irene & Carvalho, Sonia & Rizzini, Irma
1984. "Instituições para Menores. A quem Serve?" *Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, n. 10, dezembro, 103-122.
- Rodrigues, Marly
1979. *Suor Amargo: Um Estudo sobre o Trabalho da Criança*. Dissertação de Mestrado, Brasília/UnB.
- Ropa, Daniela et alii
1983. *Família e Criança num Grupo de Classe Trabalhadora. Um Estudo sobre a Diferença e Legitimidade de Cultura*. Departamento de Psicologia da PUC-RJ Agosto, 10 pp.
- Rosenberg, Fulvia et alii
1986. *Diagnóstico sobre a Situação Educacional de Negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Depto. de Pesq. Educação, 2 vols., 413 pp.
- Rosemberg, Fúlvia et alii
1983. *A Funabem e a FEBEM-SP*. Relatório de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. 133 pp.
- Rosemberg, Fúlvia
1987. "Movimento Social e Atendimento ao Menor: O Caso das Creches". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo. Ed. Loyola, 59-69.
- Russo, Jane
1985. "Assistência e Proteção à Infância no Brasil: A Moralização do Social". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 53-85.
- Sader, Emir & Bierrenbach, Maria Ines & Figueiredo, Cyntia Patrocinio
1987. *Fogo no Pavilhão*. São Paulo, Editora Brasiliense, 198 pp.
- Salm, Cláudio L.
1980. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense.

- Santos, Hélio de Oliveira
1987. *Crianças Espancadas*. Campinas, Papirus, 132 pp.
- São Paulo (Estado). Secretaria da Promoção Social
1977. *Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade-Plimec*. São Paulo, 136 pp.
- São Paulo (Estado). Secretaria do Trabalho e Administração
1971. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Indústrias da Capital*. São Paulo, S.T.A.
1972. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Indústrias da Capital*. São Paulo, S.T.A., 26 pp.
1973. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Campinas*. São Paulo, S.T.A.
- Saraiva, Terezinha
1983. *Sociedade e o Menor Infrator*. Rio de Janeiro, Funabem.
- Schneider, Leda
1982. *Marginalidade e Delinquência Juvenil*. São Paulo, Ed. Cortez, 156 pp.
- Semenzato, Geraldo.
1979. *Proteção à Criança no Brasil-Legislação*. Rio de Janeiro, MPAS, 51 pp.
- Senac
1962. *Sondagem de Relações Trabalho-Escola entre Menores Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Senac/DEPS.
1962. *Trabalho do Menor Aprendiz e sua Formação Profissional Metódica*. Rio de Janeiro, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, abril.
1980. "Criança que Estuda, Criança que Trabalha". *Boletim de Documentação e Informação Técnica*, São Paulo, n. 441, janeiro.
- Senai
1980. *Os Torneiros Mecânicos Formados pelo Senai São Paulo: Uma Apreciação sobre sua Inserção no Mercado de Trabalho*. Resumo. Depto. Regional de São Paulo.
- Silva, Jorge
1971. *Criminalidade e Distúrbio Mental: Estudo Clínico Psiquiátrico de uma População de Jovens Encarcerados*. Tese de Doutorado, UFRJ, Instituto de Psiquiatria.
- Silva, Regina Stela G.
1977. *Institucionalização e Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Dissertação de Mestrado, USP.
- Silva, Rosa Maria Ribeiro; Montenegro, Ana Maria K.; Ferreira, Lilibeth
1982. *Breves Considerações sobre o Trabalho do Menor*. III Encontro Nacional da ABEP, 11 a 15 de outubro, 27 pp.
- Simões, Carlos
1987. *O Direito do Menor*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 12 pp.
- Simões, C.C.S.; Oliveira, L.A.P.; Rezende, J.; Pimentel, M. de L.; Dias, V.R. de S.
1974. "Algumas Características da Participação dos Membros da Família na Força de Trabalho: 1950-1970". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 35, n. 139, jul./set.
- Sirgado, Angel Pino
1980. "Uma Pedagogia para o Menor Marginalizado". *Educação e Sociedade*, n. 5, janeiro, 47-61.
- Souza, M. Cristina Cacciamali de
1975. "O Menor Trabalhador no Município de São Paulo". *Boletim Econômico*, IPEA, n. 6, nov./dez.

- Souza, Paula Guazelli de
1970. *A Educação da Menina e a Realidade Doméstica*. Porto Alegre, UFRGS, Depto. de Educação.
- Spindel, Chewya
1985. "O Menor Assalariado Registrado: Condições de Trabalho em Áreas Metropolitanas". *Textos Idesp*, n. 8, 58 pp.
1987. *Espaços de Socialização e Exploração do Menor Assalariado: Família, Escola e Empresa*. Idesp, Monografia n. 2, 254 pp.
- Tavares, Maria Lia Cavalcanti & Myers, William
1983. *Eu Preciso Trabalhar: Subsídios para o Encontro sobre Geração de Renda por Menores*. Rio de Janeiro, MPAS/SAS/Funabem/Unicef, 85 pp.
- Trindade, Zeide Araújo
1984. *A Realidade Social de Meninos Institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, USP.
- Unicef
1980. *Unicef no Brasil: Ontem, Hoje, Amanhã*. Brasília, UNICEF, 44 p.
- Unicef
1986. "Projeto Meninos de Rua: A Turma da Rua". *Boletim n. 6*.
- Unicef (Direção Executiva)
1984. *Serviços Básicos para Crianças e Mulheres do Meio Urbano*. Relatório, Brasil, 114 pp.
- Universidade Católica de Minas Gerais
1974. *Estudo sobre o Menor: Uma Perspectiva Global*. Belo Horizonte, UCMG, 233 pp.
- Vainsencher, Semira Adler
1987. *Centro Educacional Dom Bosco: Uma Experiência com Menores de Rua*. Recife, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 134 pp.
- Valladares, Lícia
1986. *Growing Up in the Favela*. Trabalho apresentado no XI World Congress of Sociology, Comitê de Pesquisa n. 38, Biography and Society, Sessão 8, Children's Lives in the Third World, Nova Delhi, 18-20 de agosto, 30 pp.
- Valladares, Lícia *et alli*
1988. *A Infância Pobre no Brasil: uma Análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas*. Iuperj-Ford, março.
- Vários autores
1979. "Implicações Éticas Provenientes da Utilização de Crianças como Sujeitos de Pesquisa". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 17-33
1981. "Violência contra Menores". In: *SEDOC*, v. 143, n. 14, julho/agosto, 123.
1981. "Depoimento sobre Menores Carentes". In: *SEDOC*, v. 143, n. 14, julho/agosto, 114 pp.
1985. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. CNRH/IPEA/Unicef/Sudene, 147 pp.
1985. "Depoimento sobre a Pastoral do Menor", In: *SEDOC*, v. 139, n. 13, março 866 pp.
1986. *Ecologia e Desnutrição na Infância*. CNRH/IPEA/Unicef, 82 pp.
1986. *O Menor e a Pobreza*. Iplan/IPEA/Unicef/Sudene, 155 pp.
1986. *Retrato do Brasil. Os Meninos e Meninas de Rua do Brasil*. São Paulo, Política Editora, 16 pp.
- Vasconcelos, Hélio Xavier de
1982. *Estrutura de Emprego e Trabalho do Menor na Legislação Brasileira*. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Coleção Textos Acadêmicos n. 105, 36 pp.

- Venancio, Renato Pinto
 1987. *A Infância Abandonada no Brasil Colonial: O Caso do Rio de Janeiro no Século XVIII*. Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da Anpocs, 17 pp.
- Violante, Maria Lúcia
 1981. "Juventude Desempregada". *Conjuntura Econômica*, v. 35, n. 10, outubro.
 1982. *O Dilema do Decente Malandro*. São Paulo, Ed. Cortez, 196 pp.
 1983. "A Problemática dos Jovens à Procura de seu Primeiro Emprego". *Problemas Brasileiros*, Senac, n. 173, março.

II — Bibliografia de Apoio

- Abranches, Sérgio Henrique
 1985. *Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 93 pp.
- Allen, Elizabeth C.
 1985. *Poverty and Social Welfare in Brazil, a Challenge for Civilian Government*. University of Glasgow, Institute of Latin American Studies, *Occasional Paper* n. 44.
- Carvalho, José Murilo de
 1987. *Os Bestializados*. São Paulo, Cia das Letras, 196 pp.
- Chesney, Kellow
 1982. *The Victorian Underworld*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 464 pp.
- Dickens, Charles
 1963. *Oliver Twist*, Nova York, Airmont Publishing Company, Inc.
- Donzelot, Jacques
 1980. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Engels, Friedrich
 1972. *The Condition of the Working Class in England*. Londres, Panther Books Ltd., 336 pp.
- Faria, Wilmar
 1983. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos". In: Sorj, Bernardo & Almeida, M. H. (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Fausto, Boris
 1985. *Crime, Cotidiano e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 293 pp.
- Hugo, Victor
 1967. *Les Misérables*. Paris, Garnier-Flamarion, 3 vols.
- Kowarick, Lucio
 1987. *Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 133 pp.
- Leite Lopes, José Sérgio
 1984. "Anotações em Torno do Tema 'Condições de Vida' na Literatura sobre Classe Operária". In: Machado da Silva, L. A. (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 21-58.

- Rago, Margareth
1985. *Do Cabaré ao Lar; a Utopia da Cidade Disciplinar*. São Paulo, Paz e Terra.
209 pp.
- Sandrin, Jean
1982. *Enfants Trouvés, Enfants Ouvriers*. 17-19 ème Siècle. Paris, Aubier.
- Santos, Wanderley G. dos
1979. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 138 pp.
- Sevcenko, Nicolau
1983. *Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense, 257 pp.
- Silva, Eduardo
1988. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 157 pp.
- Zaluar, Alba
1983. Condomínio do Diabo: as Classes Populares Urbanas e a Lógica do "ferro" e do "fumo". In: Pinheiro, Paulo Sérgio (org.) *Crime, Violência e Poder*, São Paulo, Brasiliense.
1985. *A Máquina e a Revolta*, as Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo, Brasiliense, 265 pp.